

A Assembléia Geral proclama: A presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição. Artigo I: Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade. Artigo II: Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. Artigo III: Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. Artigo IV: Ninguém será mantido em escravidão ou servidão, a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas. Artigo V: Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante. Artigo VI: Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei. Artigo VII: Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação. Artigo VIII: Toda pessoa tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei. Artigo IX: Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado. Artigo X: Toda pessoa tem direito, em plena igualdade, a uma audiência justa e pública por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele. Artigo XI: 1. Toda pessoa acusada de um ato delituoso tem o direito de ser presumida inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa. 2. Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituía delito perante o direito nacional ou internacional. Tampouco será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso. Do Ministério Público: Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. § 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento. § 3º O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias. § 4º Se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do § 3º. Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público: I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei; II - zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia; III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos; IV - promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição; V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas; VI - expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva; VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior; VIII - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais; IX - exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas. § 1º A legitimação do Ministério Público para as ações civis previstas neste artigo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto nesta Constituição e na lei. Do Ministério Público: Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, esse

PFDDC

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2009

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2009



PFDC

PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Brasília, abril/2010

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	5
2. MISSÃO DA PFDC.....	7
3. ATUAÇÃO DA PFDC.....	7
4. ATENDIMENTO AO CIDADÃO.....	8
5. PROMOÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS.....	10
6. ENTREVISTAS CONCEDIDAS.....	13
7. PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES E GRUPOS INTERINSTITUCIONAIS	14
8. ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....	16
9. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS.....	18
10. REVISÃO.....	25
11. COMUNICAÇÕES À PFDC.....	29
12. ATUAÇÃO DAS PROCURADORIAS REGIONAIS DOS DIREITOS DO CIDADÃO	32
13. PROCURADORES DOS DIREITOS DO CIDADÃO	47
14. ESTRUTURA DA PFDC.....	49

1. APRESENTAÇÃO

Os desafios impostos ao desenvolvimento integral dos direitos do cidadão brasileiro são cada vez mais expressivos. Nos dias atuais, ao mesmo tempo em que se assiste a um crescimento vertiginoso do acesso ao universo eletrônico – com todas as vantagens, problemas e preocupações legais dele advindas – ainda se convive com a falta de condições mínimas de sobrevivência para parcelas significativas da população.

É neste cenário de enorme complexidade normativa e econômica que a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) – juntamente com as Procuradorias Regionais dos Direitos do Cidadão (PRDCs) e com as Procuradorias dos Direitos do Cidadão nos Municípios (PDCs) – desenvolve sua missão constitucional de zelar, a nível federal, pelo efetivo respeito dos poderes públicos, das concessionárias e das instituições privadas aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia. A dimensão do desafio exige criatividade, destemidez, empenho individual, comprometimento coletivo e apoio da sociedade.

Com o presente documento, a PFDC presta contas de sua atuação ao Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF) – órgão que confirmou a escolha feita pelo Procurador-Geral da República (PGR) para o mandato de dois anos (2008-2010) da atual PFDC. Ademais, apresenta à sociedade e aos poderes constituídos um levantamento das atividades desenvolvidas para a consecução dos objetivos a que se propôs e para os quais foi demandada.

Vale destacar que a PFDC reformulou os procedimentos de coleta e sistematização das informações acerca da sua atuação, por meio da criação do Sistema Integrado de Desempenho da PFDC (SID-PFDC). Essa plataforma digital – na qual serão inseridas informações acerca de todos os Procedimentos Administrativos instaurados pelas Procuradorias dos Direitos do Cidadão – conta com 13 indicadores: participação em comissão/grupos interministeriais, atendimento ao cidadão, promoção de eventos, participação em eventos, entrevistas, demandantes ao MPF, instituição demandada, número de beneficiados por procedimento administrativo, perfil sócio-econômico, número de atuações extra-judiciais/ judiciais, avaliação da eficiência e eficácia.

Com este passo, a PFDC reforça seu compromisso com a transparência e com o livre acesso às informações, incrementando as possibilidades de cobrança social sobre suas ações. Em virtude da ausência de tempo hábil para o preenchimento dessas informações por parte das Procuradorias dos Direitos do Cidadão nos estados, o relatório de 2009 apresenta os dados coletados pelo SID apenas no que se refere à atuação da PFDC.

É importante ressaltar, em 2008, a PFDC estabeleceu o público prioritário de sua atuação: criança e adolescente, pessoa idosa, pessoa com transtorno mental, pessoa presa e pessoa vítima de desigualdade étnico-racial. Em 2009, além de terem sido mantidas tais prioridades, a PFDC apresentou os temas e sujeitos objetos de sua atenção permanente, mediante atuação dos Grupos de Trabalho (GTs): alimentação adequada, comunicação social, direitos sexuais e reprodutivos, educação, inclusão de pessoas com deficiência, previdência e assistência social, reforma agrária e saúde. Além disso, a PFDC está apoiando e colaborando para o alcance das metas relativas aos Oito Objetivos do Milênio, ao enfrentamento do trabalho escravo e também ao tráfico de pessoas.

Em 2009, a PFDC encaminhou 421 ofícios – com recomendações, pedidos de informação, esclarecimentos e solicitações diversas. Também nesse ano, ampliou os conteúdos e aprimorou as informações disponibilizadas em seu site. Estimulou os membros do MPF a registrarem suas atuações na área dos direitos do cidadão na Base de Dados da PFDC (10017), produziu informativos e boletins (109) e demonstrativos da atuação de membros do MPF

na área dos direitos do cidadão (12) – todas essas ações voltadas para a coordenação e integração dos membros na temática dos direitos humanos.

Na área de promoção dos direitos do cidadão, destaca-se a produção do segundo volume da *Cartilha Direitos do Cidadão*, além de eventos promovidos em parcerias como a desenvolvida com a Escola Superior do MPU e que reuniram um expressivo público participante. Entrevistas para os meios de comunicação, participação (ou representação) em mais de 200 reuniões, audiências públicas e debates também fizeram parte das atividades realizadas em 2009 com o objetivo de dialogar e interagir com organismos nacionais e internacionais, Parlamento, sociedade civil e outros poderes constituídos.

Destaca-se a importância do trabalho conjunto da PFDC com os PRDCs/PDCs. Não é possível deixar de registrar a alta rotatividade (63,9%) dos Procuradores Regionais dos Direitos do Cidadão em 2009 – dado revelador do esforço que deve fazer a PFDC para não haver descontinuidade na interlocução e na atuação cooperativa. Registre-se também o espírito de colaboração dos membros que dão suporte técnico especializado em reiteradas manifestações, atuações e representação da PFDC demandadas por organismos nacionais e internacionais, públicos e privados e pelo Parlamento.

Além dessa ação conjunta com os PRDCs e outros membros do MPF, a PFDC tem fomentado a interlocução com os Ministérios Públicos da União e dos Estados em temas comuns, propondo a formação de uma rede de intercâmbio entre todos os promotores da cidadania de nosso País, a exemplo do que já ocorre internacionalmente.

Não é possível deixar de registrar o envolvimento institucional dos 28 servidores, 03 empregados terceirizados e 03 estagiários – equipe altamente motivada e que opera na assessoria de gabinete, assessoria multidisciplinar, de apoio revisional, de comunicação e documentação. Também aqui está o desafio da rotatividade (cujo índice foi de 25% em 2009), além do reduzido quantitativo.

Sinto-me recompensada de ter a oportunidade de, exercendo minha missão, poder colaborar para tornar o nosso País mais justo, igual e fraterno com o seu povo.

Gilda Pereira de Carvalho
Subprocuradora-Geral da República
Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

2. MISSÃO

O Artigo 129, II da Constituição Federal estabelece a missão da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC/MPF): “zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia.” Art. 129, II da Constituição Federal.” Essa missão institucional está detalhada na Lei Complementar nº 75/93, nos artigos 11 combinado com os artigos 6º, 8º e 39.

3. ATUAÇÃO DA PFDC

Os principais objetivos da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) são a proteção dos direitos humanos consagrados na Constituição Federal, a proteção e a defesa dos direitos individuais indisponíveis, coletivos e difusos, a representação contra leis motivadoras de violação aos direitos humanos e a representação pela federalização dos crimes que importem em grave violação aos Direitos Humanos assegurados em tratados internacionais dos quais o Brasil participe.

A atuação da PFDC e dos Procuradores Regionais dos Direitos do Cidadão se dá em face de particulares, de órgãos públicos e de autoridades do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário enquanto no exercício de função eminentemente administrativa. Os instrumentos para essa atuação são: instauração de procedimento administrativo e inquérito civil público para investigação das violações de direitos humanos; expedição de notificação às autoridades; requisição de informações e documentos; expedição de recomendações a autoridades federais de todos os níveis hierárquicos; celebração de Termos de Ajustamento de Conduta; realização de audiências públicas; representação às autoridades competentes para o ajuizamento de ações; acompanhamento das proposições legislativas relacionadas aos direitos humanos ; recebimento de queixas, denúncias e representações de qualquer cidadão, órgão público ou entidade não-governamental, em matérias relacionadas à defesa dos direitos humanos.

O diálogo e a interlocução com poderes públicos, organismos nacionais e internacionais e representantes da sociedade civil constitui um dos principais instrumentos para a atuação da PFDC. É a partir dessa interação – que se dá por meio de audiências públicas, reuniões, participação em comissões e grupos interinstitucionais, interlocução com a imprensa e diretamente com o cidadão – que a PFDC conhece as demandas sociais e as ações dos poderes públicos para atendê-las. Ademais, os nove Grupos de Trabalho atualmente em funcionamento na PFDC mantêm uma permanente interlocução com autoridades e especialistas¹.

1 Vale aqui destacar que até o ano de 2008, a coleta da informação acerca da atuação da PFDC utilizava um padrão distinto do aqui apresentado. A introdução do SID-PFDC expandiu a classificação dos temas de atuação da PFDC, reformulando o sistema de coleta e armazenamento dos dados e sistematizando as rotinas de análise de desempenho da Instituição.

Para aumentar a capacidade explicativa das informações analisadas no presente relatório, foi realizado um esforço de padronização das estatísticas do período abrangido. Entretanto, em alguns casos não foi possível reclassificar os dados de 2008. Nessas situações, os dados de 2008 foram estimados com base na distribuição dos dados de 2009, pois não havia indícios de transformações procedimentais que pudessem impedir a extrapolação das informações. Os casos, nos quais recorremos a estimativas, foram devidamente identificados.

4. ATENDIMENTO AO CIDADÃO/ENTIDADE

A Tabela 1 apresenta as estatísticas das reclamações/queixas/denúncias feitas pelo cidadão e/ou entidade à PFDC. Em 2008 foram registrados 6.905 contatos e, em 2009, 7.772. O número representa um crescimento de 12,55% nesse tipo de demanda, sugerindo que a população tem se apropriado da informação de que a PFDC é um canal para o recebimento de suas queixas.

Na maior parte dos casos, o cidadão/entidade contacta a PFDC mais de uma vez para tratar do mesmo assunto. Conforme demonstram os dados, cerca de 70% dos contatos realizados estavam relacionados a uma demanda já anteriormente encaminhada – informação que nos permite inferir que o número real de reclamações/queixas/denúncias recebidas foi de 2.719 em 2009, e 1.810 em 2008. Vale destacar que o crescimento dessa demanda não se restringe à dimensão quantitativa. Novos temas foram abordados, como direito de ir e vir e liberdade de associação. Entre os principais assuntos levados pelo cidadão/entidade à PFDC em 2009 estão: concurso público (34,2%), questões relacionados a outras câmaras da Procuradoria Geral da República (13,7%) e educação (8,0%).

Essas reclamações/queixas/denúncias são encaminhadas às Procuradorias da República nos estados, de acordo com a origem do demandante. No caso das queixas relativas a direitos individuais disponíveis, o cidadão/entidade é orientado a buscar intuições que atuem nesse campo específico, tais como Delegacia de Polícia, Serviços de Proteção ao Consumidor, Defensoria Pública e Juizados Especiais.

Na Tabela 1 estão os números totais das reclamações/queixas/denúncias por tema. Ao lado dos valores de cada ano, há uma coluna com os valores percentuais – que indicam quanto as denúncias daquele tema específico representa frente ao total de denúncias recebidas no ano.

TABELA 1: DISTRIBUIÇÃO DAS RECLAMAÇÕES/QUEIXAS/DENÚNCIAS DOS ATENDIMENTOS AO CIDADÃO, POR TEMA

Tema	2008		2009	
Acesso a serviços públicos	1	0,1%	18	0,7%
Acessibilidade	85	4,7%	57	2,1%
Acesso à justiça/devido processo legal	2	0,1%	14	0,5%
Alimentação adequada	105	5,8%	--	0,0%
Comunicação social	67	3,7%	110	4,0%
Concurso público	332	18,3%	906	33,3%
Direito à memória e à verdade	--	0,0%	1	0,0%
Direito de ir e vir	--	0,0%	3	0,1%
Direitos humanos	--	0,0%	3	0,1%
Educação	247	13,6%	216	7,9%
Exercício de profissão	103	5,7%	154	5,7%
Igualdade/não-discriminação	29	1,6%	55	2,0%
Informação	1	0,1%	27	1,0%
Integridade física e psíquica – idoso	69	3,8%	75	2,8%
Integridade física e psíquica - maus tratos	1	0,1%	12	0,4%
Integridade física e psíquica – mulher	1	0,1%	17	0,6%

CONTINUA >>

<< CONTINUA

Tema	2008		2009	
Integridade física e psíquica – tortura	59	3,3%	24	0,9%
Integridade física e psíquica - tráfico de pessoas para fins de exploração sexual	19	1,0%	12	0,4%
Liberdade de associação	--	0,0%	8	0,3%
Liberdade de expressão	1	0,1%	--	0,0%
Liberdade de trabalho – condição análoga ao trabalho escravo	48	2,7%	9	0,3%
Direitos sexuais e reprodutivos	--	0,0%	22	0,8%
Liberdade trabalho - assédio moral	--	0,0%	28	1,0%
Moradia adequada	17	0,9%	14	0,5%
Moradia/Terra/Reforma Agrária	63	3,5%	29	1,1%
Outras câmaras e ramos do MPF	526	29,1%	376	13,8%
Outros	--	0,0%	9	0,3%
Prestação de alimento	--	0,0%	2	0,1%
Previdência e assistência social	190	10,5%	134	4,9%
Proteção integral - Criança e adolescente	67	3,7%	161	5,9%
Saúde	60	3,3%	181	6,7%
Segurança pública	182	10,1%	39	1,4%
Sistema prisional	1	0,1%	3	0,1%
Total de contatos com reclamações/queixas/denúncias	1810	100,0%	2719	100,0%
Total de registros solicitando informações	6905		7772	

A Tabela 2 demonstra que a maioria dos cidadãos recorreu à mensagem eletrônica para o contato com a PFDC. O padrão não se alterou nos dois anos analisados. Em 2009, 83,0% dos contatos foram feitos por meio de mensagem eletrônica – percentual um pouco inferior ao registrado no ano anterior (83,9%). As outras formas de contato utilizadas foram o telefone (3,1% dos casos em 2009 e 5,3% dos casos em 2008) e o atendimento pessoal (com 1% em 2009 e 1,8% em 2008). Em 2009, compareceram à PFDC para reuniões 351 pessoas. Em 2008, esse número foi de 162 pessoas.

TABELA 2: MEIO UTILIZADO PARA O CONTATO COM A PFDC

Meio	2008		2009	
Mensagem eletrônica	1518	83,9%	2258	83,0%
Pessoalmente	34	1,8%	27	1%
Telefone	96	5,3%	83	3,1%
Comparecimento para reunião	162	8,9%	351	12,9%
Total	1810	100,0%	2719	100,0%

5. PROMOÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Em 2009, a PFDC promoveu – diretamente ou por meio de parceria – um total de 9 eventos, média aproximada de um evento a cada dois meses. No que se refere a atividades externas, a PFDC participou de 211 eventos, média superior a 18 eventos por mês.

Conforme demonstram os dados, houve maior diversidade temática nos eventos promovidos pela PFDC em 2009 – de seis para oito. Temáticas como: comunicação social, direitos humanos, integridade física e psíquica da mulher, tráfico de órgãos, pessoa idosa, saúde e treinamento e aperfeiçoamento institucional foram foco dos eventos promovidos pela PFDC. Cada um desses temas foi pauta de um evento, com exceção para saúde mental, que foi tema central de dois eventos em 2009.

TABELA 3: PROMOÇÃO DE EVENTO, SEGUNDO O TEMA

Tema	2008		2009	
Comunicação Social	--	0,0%	1	11,1%
Direitos Humanos	--	0,0%	1	11,1%
Igualdade/não-discriminação	1	14,0%	--	0,0%
Integridade física e psíquica – mulher	1	14,0%	1	11,1%
Integridade física e psíquica – tráfico de órgãos		0,0%	1	11,1%
Pessoa idosa	--	0,0%	1	11,1%
Proteção integral	2	29,0%	--	0,0%
Saúde	1	14,0%	1	11,1%
Saúde Mental	1	14,0%	2	22,2%
Treinamento e aperfeiçoamento institucional	1	14,0%	1	11,1%
Total	7	100,0%	9	100,0%

Dentre os eventos promovidos pela PFDC em 2009, destaca-se o *II Encontro Internacional de Direitos Humanos e Metrôpoles*, realizado em Brasília nos dias 24 a 26 de agosto e que reuniu 11 defensores del pueblo da Ibero-América, além de representantes da Organização das Nações Unidas (ONU), Procuradores Regionais dos Direitos dos Cidadão (PRDC), Procuradores do Cidadão (PDC), coordenadores da Tutela Coletiva das Procuradorias Regionais e Promotores de Justiça da Cidadania de vários estados da Federação.

Na sequência do evento internacional, foi realizado o *XV Encontro Nacional de Procuradores dos Direitos do Cidadão (ENPDC)*, momento de avaliação das atividades realizadas ao longo do último ano, além de um espaço para traçar as diretrizes e objetivos futuros de atuação. Esse mapeamento das metas e objetivos futuros foram compilados nas *Resoluções ENPDC 2009* – documento que reúne um total de 79 resoluções, que orientam a pauta de atividades das Procuradorias dos Direitos do Cidadão no próximo ano.

No que se refere à participação da PFDC em eventos externos¹, o Gráfico 2 aponta uma maior diversificação nos temas. Enquanto em 2008 os eventos com a participação da PFDC trataram de 14 diferentes temas, em 2009 esse número subiu para 30. Questões nas áreas de acessibilidade, acesso a serviço público, exercício da profissão, direito à memória e à verdade, integridade física e psíquica da mulher e do idoso, tortura e maus tratos e tráfico de órgãos foram algumas das que passaram a contar com a participação da PFDC em eventos.

É importante ressaltar que, a partir de 2009, passou-se a privilegiar a participação em eventos cuja presença da PFDC constituía uma significativa possibilidade de enriquecimento institucional. Entre os temas mais tratados pelos eventos que contaram com a participação da PFDC estão: direitos humanos (27), saúde (23) e proteção integral – criança e adolescente (18).

TABELA 4: PARTICIPAÇÃO EM EVENTO

Tema	2008		2009	
Acessibilidade	--	0,0%	5	2,4%
Acesso à justiça/devido processo legal	--	0,0%	--	0,0%
Acesso a serviços públicos	--	0,0%	1	0,5%
Alimentação adequada	5	2,1%	2	0,9%
Anistia	6	2,6%	2	0,9%
Comunicação social	9	3,8%	12	5,7%
Direito à memória e à verdade	--	0,0%	6	2,8%
Direitos humanos	112	47,7%	27	12,8%
Educação	12	5,1%	13	6,2%
Exercício de profissão	--	0,0%	8	3,8%
Igualdade/não-discriminação	10	4,3%	6	2,8%
Inclusão Social	4	1,7%	7	3,3%
Informação	--	0,0%	2	0,9%
Integridade física e psíquica - maus tratos	--	0,0%	2	0,9%
Integridade física e psíquica – mulher	9	3,8%	4	1,9%
Integridade física e psíquica – tortura	--	0,0%	3	1,4%
Integridade física e psíquica - tráfico de pessoas para fins de exploração sexual	8	3,4%	7	3,3%
Integridade física e psíquica - tráfico de órgãos	--	0,0%	2	0,9%

CONTINUA >>

1 Em 2009, a Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão participou de 58 eventos, média aproximada de cinco eventos por mês. A assessoria representou a PFDC em 93 eventos. Em 27 casos não havia informações sobre o perfil do participante. Por fim, os Membros representaram a PFDC em 33 eventos: Dr. Ailton Benedito de Souza, Dr. Alexandre Amaral Gavronski, Dra. Analúcia de Andrade, Hartmann, Dr. André de Carvalho Ramos, Dr. Carlos Henrique Martins Lima, Dra. Debora Macedo Duprat de Britto Pereira, Dr. Domingos Sávio Dresch da Silveira, Dr. Duciran Van Marsen Farena, Dra. Elizandra de Oliveira Olímpio, Dr. Felipe Fritz Braga, Dr. Humberto Jacques de Medeiros, Dr. João Bosco Araújo Fontes Júnior, Dr. José Elae-res Marques Teixeira, Dra. Livia Nascimento Tinoco, Dra. Luciana Loureiro Oliveira, Dr. Luiz Fernando Gaspar Costa, Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen, Dr. Marcus Vinícius Aguiar Macedo, Dra. Maria Cristina Manella Cordeiro, Dra. Mariane Guimarães de Mello Oliveira, Dr. Mário Luiz Bonsaglia, Dr. Oswaldo José Barbosa Silva, Dr. Paulo Vasconcelos Jacobina, Dr. Peterson de Paula Pereira, Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge, Dra. Rhayssa Castro Sanches Rodrigues, Dr. Roberto Luis Oppermann Thomé, Dr. Sérgio Cruz Arenhart.

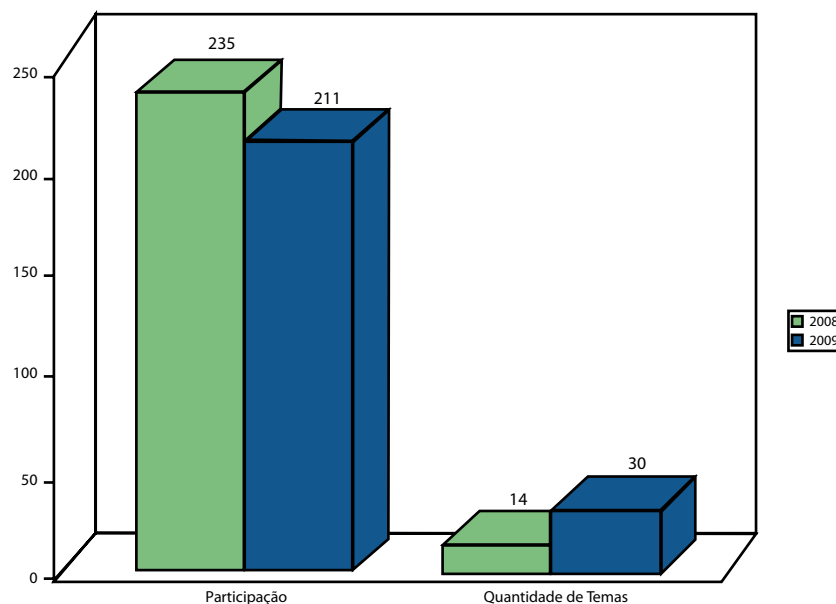
<< CONTINUA

Tema	2008		2009	
Liberdade de expressão	--	0,0%	1	0,5%
Liberdade de trabalho – condição análoga ao trabalho escravo	6	2,6%	1	0,5%
Liberdade religiosa	--	0,0%	2	0,9%
Moradia adequada	--	0,0%	4	1,9%
Moradia/Terra/Reforma agrária	--	0,0%	6	2,8%
Previdência e assistência social	5	2,1%	--	0,0%
Procedimentos administrativos/ assuntos internos	--	0,0%	15	7,1%
Proteção integral	20	8,5%	18	8,5%
Saúde	24	10,2%	23	10,9%
Saúde mental	--	0,0%	13	6,2%
Segurança pública	--	0,0%	8	3,8%
Sistema prisional	11	4,7%	3	1,4%
Treinamento e aperfeiçoamento institucional	--	0,0%	8	3,8%
Total	235	100,0%	211	100,0%

TABELA 5: PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS, SEGUNDO O PERFIL DO PARTICIPANTE, EM 2009

Perfil	Quantidade	
PFDC	58	27,5%
Membros	33	15,6%
Assessoria da PFDC	93	44,1%
Sem informação	27	12,8%
Total	211	100,0%

Gráfico 1: participação da PFDC em eventos



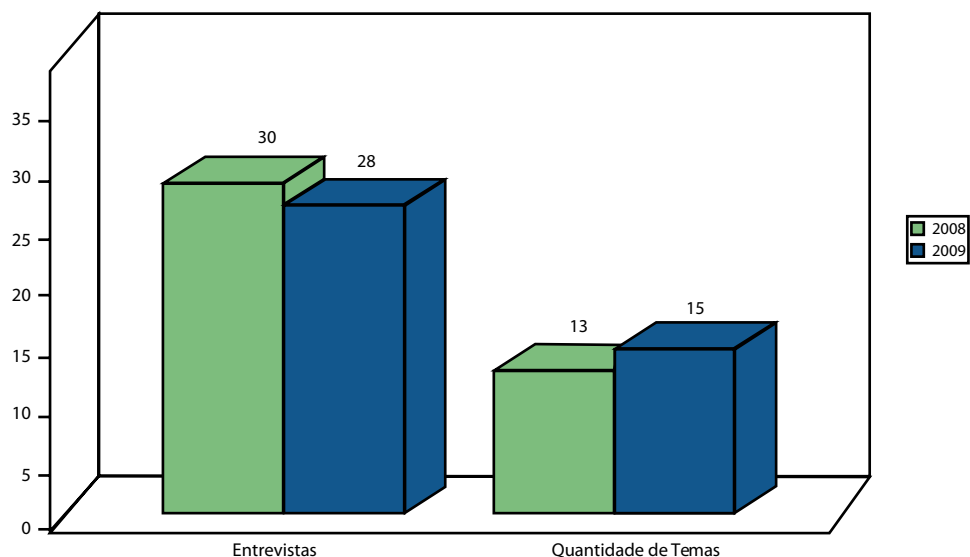
6. ENTREVISTAS CONCEDIDAS

Como parte do objetivo de assegurar constante diálogo e interação com a sociedade, a PFDC mantém interlocução com diferentes veículos de comunicação. Nos últimos dois anos, em 58 oportunidades os meios de comunicação recorreram à PFDC para tratar de temas relacionados à sua missão institucional. Em 2009, foram concedidas 28 entrevistas, média aproximada de um contato mensal com a imprensa. Em 2008, esse número foi de 30 entrevistas. Enquanto em 2008 a gama de assuntos tratados com os meios de comunicação foi de 13 diferentes temas, em 2009 as questões mais abordadas foram direitos humanos (5), comunicação social (4) e sistema prisional (3). Outros temas em foco foram saúde, proteção integral, igualdade e não-discriminação, liberdade sexual, direito à informação, assuntos internos e acesso a serviços públicos. No que se refere à categoria dos veículos de mídia, em 2009 as entrevistas foram concedidas para: televisões (10), portal de internet (4), mídia impressa (3) e rádio (2).

TABELA 6: ENTREVISTAS CONCEDIDAS PELA PFDC

Tema	2008		2009	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Acessibilidade	4	13,3%	--	0,0%
Acesso a serviços públicos	--	0,0%	1	2,7%
Comunicação social	3	10,0%	4	10,8%
Direitos humanos	2	6,7%	5	13,5%
Educação	2	6,7%	1	2,7%
Igualdade/não-discriminação	4	13,3%	2	5,4%
Informação	--	0,0%	1	2,7%
Integridade física e psíquica – idoso	--	0,0%	1	2,7%
Integridade física e psíquica - tráfico de pessoas para fins de exploração sexual	3	10,0%	--	0,0%
Liberdade de trabalho – condição análoga ao trabalho escravo	1	3,3%	1	2,7%
Liberdade sexual	1	3,3%	2	5,4%
Previdência e assistência social	1	3,3%		0,0%
Proteção integral	3	10,0%	2	5,4%
Saúde	1	3,3%	1	2,7%
Saúde mental	--	0,0%	2	5,4%
Segurança pública	--	0,0%	1	2,7%
Sistema prisional	2	6,7%	3	7,1%
Treinamento e aperfeiçoamento institucional	3	10,0%	2	5,4%
Total	30	100%	28	100%

Gráfico 2: entrevistas concedidas pela PFDC



7. PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES E GRUPOS INTERINSTITUCIONAIS

A PFDC esteve representada em 27 Comissões no ano de 2009 – seis a mais em comparação ao ano de 2008. Como apontam as informações sintetizadas no Gráfico 4, nesses dois anos a Instituição esteve presente em 159 reuniões de Comissões e Grupos Interinstitucionais dos quais participa – uma média aproximada de seis reuniões por mês. Em 2008 foram 75 encontros, no ano posterior houve um aumento de 13,51% neste tipo de atividade (presença em 84 reuniões). Entre os temas mais tratados estiveram: direitos humanos (7 comissões), saúde (4 comissões), proteção integral (3 comissões) e segurança pública (2 comissões). Sistema prisional, educação, moradia adequada, tortura, tráfico de pessoas, acessibilidade, alimentação adequada, comunicação social, direito de ir e vir e direito à memória e à verdade completam a lista de temas.

TABELA 7: PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES E GRUPOS INTERINSTITUCIONAIS

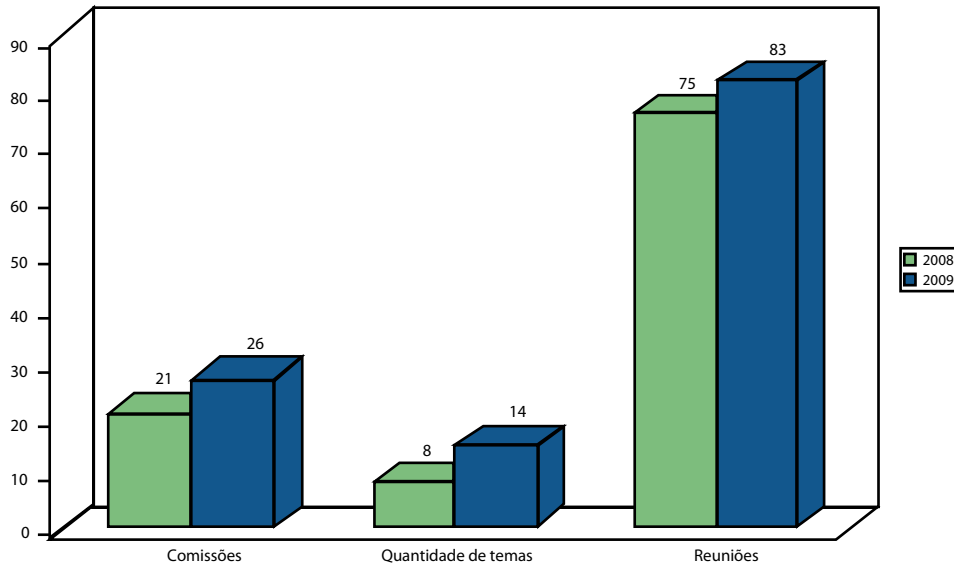
Nome	Nº Reuniões	Tema
Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa	3	Direitos Humanos
Comissão Nacional Pró-Conferência Nacional de Comunicação	2	Comunicação Social
Subcomissão sobre Questões Internacionais e Grupo de Trabalho Migrações e Refúgio (CDHM - Câmara dos Deputados)	1	Direito de Ir e Vir
Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE	2	Acessibilidade
Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA	1	Proteção Integral
Comitê Nacional para Prevenção e Controle da Tortura no Brasil – CNPCT	2	Integridade física e psíquica – tortura
Conselho Deliberativo do Programa Federal de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas - CONDEL/PROVITA	8	Proteção Integral
Grupo de Trabalho da Comissão de Direitos Humanos e Minorias - CDHM para oferecer sugestões ao PROVITA	2	Proteção Integral
Coordenação do Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos	6	Direitos Humanos
Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE	7	Liberdade de trabalho – condição análoga
Grupo de Trabalho da XI Conferência Nacional de Direitos Humanos	1	Direitos humanos
Comissão instituída para examinar documentos históricos disponibilizados pelo Comando da Aeronáutica	2	Direito à memória e à verdade
Grupo de Trabalho Interministerial do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – PNETP	9	Integridade física e psíquica – tráfico de pessoas
Comissão Permanente da Saúde – COPEDS	1	Saúde
Conselho Nacional de Saúde	2	Saúde
Grupo de Trabalho instituído pelo Conselho Nacional de Saúde sobre Protocolo de Doença Celíaca	3	Saúde
Comissão Organizadora da 1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental	1	Saúde
Conselho Nacional de Educação	1	Educação
Comissão Interministerial para o desenvolvimento conjunto de ações na área de prevenção e solução de conflitos fundiários urbanos	5	Moradia adequada
Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo	5	Segurança pública
Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH	7	Direitos humanos
Comissão Especial do CDDPH - Resolução n. 04, 13/08/09 - Caso Manoel Mattos	2	Direitos humanos

CONTINUA >>

<< CONTINUA

Nome	Nº Reuniões	Tema
Comissão Especial do CDDPH - Resolução n. 16, 31/03/06 - Sistema Carcerário do Estado do Espírito Santo	3	Sistema prisional
Comissão Especial do CDDPH - Resolução n. 12, 24/05/05 - Alimentação Adequada	1	Alimentação adequada
Comissão Especial do CDDPH - Resolução n. 21, 15/08/06 - Violações de direitos humanos decorrentes da implementação de barragens no país	2	Direitos humanos
Comissão Especial do CDDPH - Resolução n. 08, 12/08/08 - Criminalização dos Movimentos Sociais. Brigada Militar do Rio Grande do Sul	3	Segurança pública

Gráfico 3: participações da PFDC em comissões e grupos interinstitucionais



8. ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL

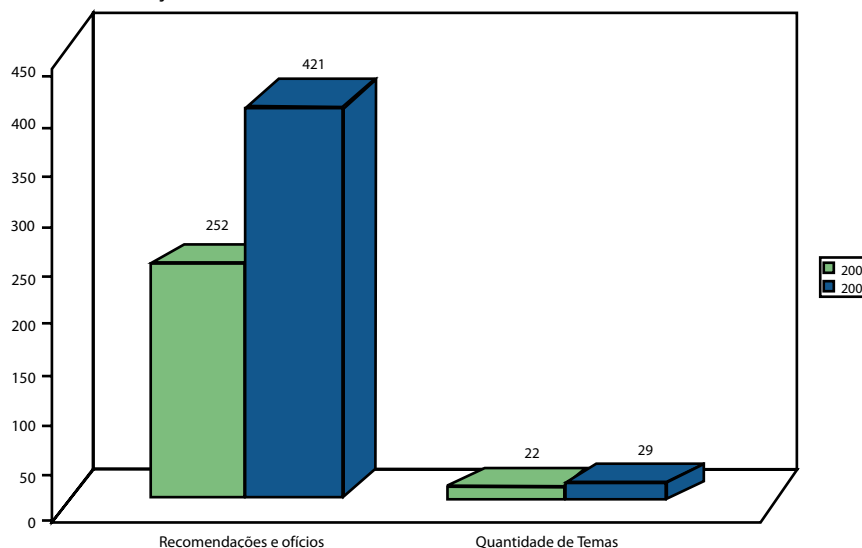
Recomendações, pedidos de informação/esclarecimentos e solicitações diversas são alguns dos principais instrumentos utilizados pela PFDC para zelar pela garantia dos direitos do cidadão. Nos últimos dois anos, foram expedidos 673 ofícios – o que representa uma média de 28 solicitações feitas mensalmente pela PFDC a instituições públicas, instituições privadas e outras entidades.

É importante destacar que, em 2009, houve um expressivo aumento dessa atividade. Conforme aponta a Tabela 8, enquanto em 2008 foram expedidos 252 ofícios, no ano seguinte o número registrado foi de 421 ofícios – o que representa um incremento de 67%.

Entre os temas de maior destaque em 2009 estiveram: saúde mental (77 ofícios), acessibilidade (39 ofícios) e saúde (36 ofícios). No ano anterior, os temas que concentraram maior atenção foram: sistema prisional (34 ofícios), saúde (34 ofícios) e proteção integral – idoso (23).

TABELA 8: PEDIDOS DE INFORMAÇÕES, ESCLARECIMENTOS E SOLICITAÇÕES DIVERSAS

Tema	2008		2009	
Acessibilidade	13	5,2%	39	9,3%
Acesso à justiça/devido processo legal	2	0,8%	2	0,2%
Acesso a serviços públicos	1	0,4%	4	1,0%
Alimentação adequada	7	2,8%	1	0,2%
Anistia política (Lei n 10.559/2002)	--	0,0%	1	0,2%
Comunicação social	9	3,6%	13	3,1%
Defesa social	--	--	4	1,0%
Direito à memória e à verdade	4	1,6%	7	1,4%
Direitos sexuais e reprodutivos	--	0,0%	13	3,1%
Educação	21	8,3%	19	4,5%
Exercício de profissão	--	0,0%	2	0,5%
Igualdade/não-discriminação	21	8,3%	5	1,2%
Informação e intimidade	1	0,4%	6	1,2%
Integridade física e psíquica	10	4,0%	2	1,2%
Proteção integral– idoso	23	9,1%	3	0,7%
Integridade física e psíquica – mulher	5	2,0%	--	0,0%
Integridade física e psíquica – tortura	2	0,8%	7	1,7%
Integridade física e psíquica - tráfico de pessoas para fins de explorações sexuais	7	2,8%	6	1,2%
Integridade física e psíquica – tráfico de órgãos	--	--	1	0,2%
Liberdade de trabalho – condição análoga ao trabalho escravo	2	0,8%	32	7,6%
Liberdade religiosa	--	0,0%	3	0,7%
Liberdade trabalho - assédio moral	--	0,0%	1	0,2%
Moradia adequada	4	1,6%	2	0,5%
Moradia/Terra/Reforma agrária	7	2,8%	25	6,0%
Outras câmaras e ramos do MPF	--	0,0%	2	0,5%
Outros	2	0,8%	--	0,0%
Previdência e assistência social	5	2,0%	7	1,4%
Proteção integral – Criança e adolescente	31	12,3%	12	2,9%
Saúde	34	13,5%	36	8,6%
Saúde mental	--	0,0%	77	18,3%
Segurança pública (grupo de extermínio)	7	2,8%	28	5,5%
Sistema prisional	34	13,5%	27	6,4%
Treinamento e aperfeiçoamento institucional	--	0,0%	34	7,9%
Total	252	100,0%	421	100,0%

Gráfico 4: recomendações, pedidos de informações, esclarecimentos e solicitações diversas

9. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Em 2010 a PFDC criou, por meio de parceria com a Secretaria de Informática, o que denominou de Sistema Integrado de Desempenho da PFDC (SID-PFDC), uma forma de coleta e armazenamento de dados para produção do Relatório da PFDC e o planejamento estratégico dos Grupos de Trabalho e de outras atuações.

O início desta plataforma são os dados referentes aos Procedimentos Administrativos (PAs) instaurados pelas Procuradorias dos Direitos do Cidadão em 2009. Por essa razão, não foi possível estabelecer comparações com o ano de 2008. De acordo com os dados coletados pelo SID-PFDC, em 2009 26 diferentes temas motivaram a instauração de 67 Procedimentos Administrativos na PFDC.

Do total de Procedimentos Administrativos instaurados, destaca-se a ocorrência de 14,6% que têm como foco questões orçamentárias, de treinamento e aperfeiçoamento institucional ou temas correlatos à dinâmica de funcionamento interno à PFDC. Também é relevante o número de PAs sobre igualdade e não-discriminação (9,0%) e saúde (9,0%). O restante dos procedimentos está distribuído, homoganeamente, em 23 temas diferentes.

TABELA 9: PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS PELA PFDC, EM 2009

Tema	2009	
Acessibilidade	3	4,5%
Acesso à justiça	2	3,0%
Assunto interno	10	14,9%
Comunicação social	3	4,5%
Concurso público	1	1,5%
Defesa social	1	1,5%
Direito à informação e à intimidade	1	1,5%
Direito à memória e à verdade	3	4,5%
Direito de ir e vir	3	3,0%
Educação	3	4,5%
Exercício da profissão	1	1,5%
Igualdade/não discriminação	6	9,0%
Inclusão social	1	1,5%
Integridade física e psíquica – maus tratos	1	1,5%
Integridade física e psíquica – tortura	3	4,5%
Liberdade sexual	1	1,5%
Moradia adequada	1	1,5%
Moradia/Reforma agrária	3	4,5%
Previdência/Assistência social	2	3,0%
Proteção integral	2	3,0%
Saúde	6	9,0%
Saúde mental	3	4,5%
Segurança pública	3	4,5%
Sistema prisional	2	3,0%
Liberdade de trabalho – trabalho escravo	2	3,0%
Total	67	100,0%

Do total de Procedimentos Administrativos instaurados em 2009, 36 têm como sujeito do direito toda a coletividade brasileira. Nesta categoria encontram-se seis Procedimentos sobre assuntos internos à PFDC, três sobre comunicação social, três sobre o direito à memória e à verdade, três sobre acesso à terra ou reforma agrária e três sobre saúde. Em seis Procedimentos sobre assuntos internos não foi possível classificar o sujeito. Em cinco casos, a garantia dos direitos de crianças e adolescentes e das pessoas com deficiência foram o motivo de abertura do PA. Em quatro casos foram os cidadãos migrantes; em três as mulheres e as lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais; em dois as pessoas com transtorno mental e estrangeiro; e em um único caso as pessoas presas.

TABELA 10: PERFIL DOS SUJEITOS DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS PELA PFDC, EM 2009

	2009	
Coletividade	36	53,7%
Criança e adolescente	5	7,5%
Estrangeiro	2	3,0%
Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	3	4,5%
Migrante	4	6,0%
Mulheres	3	4,5%
Pessoa com deficiência	5	7,5%
Pessoa com transtorno mental	2	3,0%
Pessoa presa	1	1,5%
Sem sujeito	6	9,0%
Total	67	100,0%

Dez Procedimentos foram instaurados a partir de denúncias feitas por órgãos públicos. O pedido de verificação foi feito por organização da sociedade civil (3 Procedimentos) ou associação de classe (3 Procedimentos). A maioria dos PAs abertos pela PFDC foi de ofício (67,2% dos casos). Por provocação dos cidadãos, a PFDC instaurou Procedimentos nos temas de direito à informação e privacidade (1), educação (2), direito à memória e à verdade (1), exercício da profissão (1) e inclusão social (1).

Por de meio da demanda de outros órgãos públicos, a PFDC abriu Procedimentos Administrativos relativos a irregularidades encontradas em concursos públicos (1), igualdade e não-discriminação (1), maus tratos (1), tortura (2), saúde (3) e liberdade de trabalho (2). As ONGs instigaram a PFDC a instaurar procedimentos na área de igualdade e não-discriminação (2) e de defesa social (1). Já as associações de classe promoveram denúncias na área de concurso público, direito de ir e vir e saúde (1 Procedimento por tema).

TABELA 11: PERFIL DOS DEMANDANTES DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS PELA PFDC, EM 2009

	2009	
Cidadão	6	9,0%
Órgão Público	10	14,9%
ONG/OSCIP	3	4,5%
MPF (ofício)	45	67,2%
Associação/Entidade de Classe	3	4,5%
Total	67	100,0%

Entre os órgãos ou cidadãos demandados nos Procedimentos Administrativos abertos pela PFDC em 2009, destaca-se as instituições públicas federais (alvo de 49,3% do total). Seis desses Procedimentos foram relacionados a questões de discriminação e não-igualdade; três sobre direito de ir e vir; dois sobre acessibilidade; dois sobre acesso à justiça; dois sobre tortura; dois sobre saúde; e dois sobre saúde mental.

Em 14 Procedimentos não foi possível apontar o demandado: oito desses Procedimentos tratam sobre comunicação social; dois sobre saúde; dois sobre proteção integral (criança e adolescente); um sobre concurso público; e um sobre liberdade sexual.

As instituições públicas estaduais, por sua vez, foram demandadas em 13 Procedimentos Administrativos, distribuídos nos temas saúde (dois Procedimentos); sistema prisional (dois Procedimentos); segurança pública (dois Procedimentos); acessibilidade (um Procedimento); comunicação social (um Procedimento); educação (um Procedimento); tortura (um Procedimento); moradia adequada (um Procedimento); e reforma agrária (um Procedimento). As associações de classe ou partidos políticos foram demandados nas questões relacionadas: ao direito de ir e vir (dois Procedimentos); exercício da profissão (um Procedimento); e previdência e assistência social (um Procedimento). As instituições privadas foram demandas em três casos – sobre concurso público, direito ir e vir e liberdade de trabalho.

TABELA 12: INSTITUIÇÕES OU CIDADÃOS DEMANDADOS NOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS PELA PFDC, EM 2009

	2009	
Instituição pública federal	33	49,3%
Instituição pública estadual	13	19,4%
Associação de classe/Partido político	4	6,0%
Instituição privada	3	4,5%
Sem demandado	14	20,9%
Total	67	100,0%

Dos Procedimentos Administrativos instaurados pela PFDC em 2009, 91% está em diligência e seis foram arquivados, conforme aponta a Tabela 13. Destes, dois relacionam-se a assuntos internos ao Ministério Público Federal, um sobre o direito de ir e vir, um sobre igualdade e não-discriminação, um sobre saúde e um sobre saúde mental.

TABELA 13: SITUAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS PELA PFDC, EM 2009

	2009	
Arquivado	6	9,0%
Em diligência	61	91,0%
Total	67	100,0%

Entre as novidades introduzidas com o Sistema Integrado de Desempenho da PFDC (SID-PFDC) está a possibilidade de construção de indicadores de eficácia, efetividade e de volume dos beneficiários das atividades desenvolvidas. Considera-se eficaz o Procedimento quando o demandado assume o compromisso de acatar a determinação do MPF. Em cinco dos 67 casos houve solução da questão – dois em assuntos internos ao MPF, um relativo ao direito de informação e privacidade, um sobre o direito de ir e vir e um sobre igualdade e não discriminação. Em 39 casos, ainda se está aguardando os resultados das medidas extrajudiciais. Em 23 casos, os Procedimentos têm um caráter de acompanhamento contínuo sobre uma política pública, não sendo possível aplicar critério válido de eficácia. Dentre esses Procedimentos, oito são sobre assuntos internos ao MPF, dois sobre comunicação social, dois sobre previdência e assistência social e dois sobre proteção integral (criança e adolescente).

TABELA 14: AVALIAÇÃO SOBRE A EFICÁCIA DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS PELA PFDC, EM 2009

	2009	
Sim, resolução por meio de ofício	5	7,5%
Não, não havia arcabouço legal para apontar a responsabilidade do demandado	--	0,0%
Ação está tramitando na justiça	--	0,0%
Aguardando o resultado das medidas extrajudiciais	39	58,2%
Procedimento de Acompanhamento	23	34,3%
Total	67	100,0%

A atuação da PFDC nos 44 Procedimentos Administrativos instaurados em 2009 teve uma eficácia de 11%. Em cinco casos, as decisões acordadas com a PFDC foram de fato levadas a cabo pelos órgãos ou cidadãos demandados: um Procedimento sobre assuntos internos ao MPF, um sobre concurso público, um sobre direito de ir e vir e um sobre direito à informação e privacidade.

TABELA 15: AVALIAÇÃO SOBRE A EFETIVIDADE DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS PELA PFDC, EM 2009

	2009	
Sim, a questão foi completamente resolvida	5	7,5%
Sem informação sobre as consequências da ação	1	1,5%
Ação está tramitando na justiça	--	0,0%
Aguardando resultado das medidas extrajudiciais	43	64,2%
Procedimento de acompanhamento	18	26,9%
Total	67	100,0%

Dentre todos os Procedimentos Administrativos nos quais foi possível avaliar a efetividade, cinco foram resolvidos; um Procedimento contribuiu, segundo a avaliação institucional, para o avanço do debate político sobre as questões de segurança pública; e outro Procedimento contribuiu para o progresso da discussão pública sobre a questão da proteção integral das crianças e adolescentes.

TABELA 16: AVALIAÇÃO CRÍTICA SOBRE A EFETIVIDADE DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS PELA PFDC, EM 2009

	2009	
Gerou debate político que contribuiu para o avanço dos direitos dos cidadãos no futuro	1	1,5%
Gerou debate jurídico que contribuiu para o avanço dos direitos dos cidadãos no futuro	1	1,5%
Solucionou totalmente a questão	5	7,5%
Sem informação sobre as conseqüências da ação	27	40,3%
Aguardando resultado das medidas extrajudiciais	15	22,4%
Procedimento de acompanhamento	18	26,9%
Total	67	100,0%

Na Tabela 17 são apresentadas as providências futuras a serem adotadas para os PAs que não foram concluídos em 2009.

TABELA 17: PROVIDÊNCIAS FUTURAS NOS DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS PELA PFDC, EM 2009

	2009	
Questão resolvida	5	7,5%
Recorrer às novas medidas extrajudiciais	6	9,0%
Entrar com recurso em Segunda Instância	0	4,5%
Transferir a questão para outro órgão ou diferente ramo do Ministério Público	3	4,5%
Ainda não foi definido	28	37,3%
Nada será feito	6	9,0%
Procedimento de acompanhamento	18	26,9%
Total	67	100,00%

Quanto ao total de cidadãos potencialmente beneficiados nos Procedimentos Administrativos instaurados pela PFDC, em 11 casos (dois Procedimentos sobre comunicação social e nove sobre assuntos internos ao MPF) não foi possível estabelecer o número desse quantitativo. Em três Procedimentos (dois sobre o direito de ir e vir e um sobre o direito a informação e privacidade) somente um cidadão foi beneficiado. Em um PA sobre maus tratos e outro sobre direito de ir e vir, dois e três cidadãos foram beneficiados, respectivamente. Cabe destacar que grupos acima de 100 cidadãos são os principais beneficiados pelos Procedimentos, principalmente os grupos com mais de 100 mil cidadãos, nos quais estão concentrados 28,4% dos Procedimentos Administrativos instaurados pela PFDC em 2009.

TABELA 18: NÚMERO TOTAL DE CIDADÃOS POTENCIALMENTE BENEFICIADOS PELOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS PELA PFDC, EM 2009

	2009	
Sem informação precisa	9	0,2%
1	3	4,5%
2	1	1,5%
3	1	1,5%
100-900	4	6,0%
901-5000	13	19,4%
5001-10000	2	3,0%
10001-100000	13	19,4%
Mais de 100 mil	21	28,4%
Total	67	100,0%

Em relação ao perfil sócio-econômico dos cidadãos beneficiados com as intervenções da PFDC, há uma expressiva concentração de cidadãos oriundos das camadas de mais baixa renda da população brasileira (16,4 % dos Procedimentos Administrativos estão voltados exclusivamente para pessoas da classe social E).

Em 25,4% dos casos não foi possível estimar o perfil socioeconômico do sujeito da atuação. Em 47,8% dos Procedimentos os beneficiados estão em todas as classes sociais, indiscriminadamente. Em três, o sujeito beneficiado é oriundo da classe D – mesma quantidade representada nos grupos com o perfil de classe B. Por fim, em um caso o grupo beneficiado pertence à classe C.

TABELA 19: PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO ESTIMADO DOS CIDADÃOS POTENCIALMENTE BENEFICIADOS PELOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS PELA PFDC, EM 2009

	2009	
Sem informação	17	25,4%
Somente a classe A	0	0,0%
Somente a classe B	3	4,5%
Somente a classe C	1	1,5%
Somente a classe D	3	4,5%
Somente a classe E	11	16,4%
Todas as classes sociais	32	47,8%
Total	67	100,0%

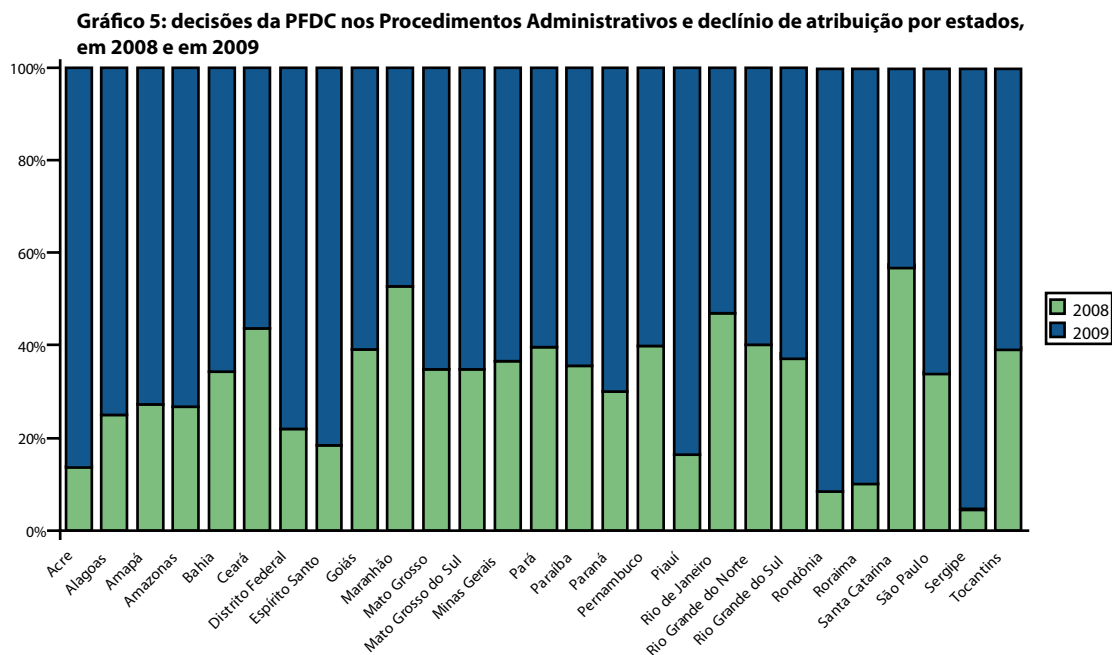
10. REVISÃO

PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS, POR ESTADO, COM DECISÃO DA PFDC

A Tabela 20 apresenta a distribuição geográfica das decisões da PFDC nos Procedimentos/Inquéritos Civis remetidos para revisão ou declínio de atribuição nos anos de 2008 e 2009. Todos os Procedimentos/Inquéritos Civis arquivados pelas PRDC/PDC são remetidos à PFDC. Ao todo, a PFDC fez a revisão de 6.578 procedimentos, sendo 2.264 em 2008, e 4.314 em 2009.

TABELA 20: DECISÕES DA PFDC NOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E DECLÍNIOS DE ATRIBUIÇÃO POR ESTADOS EM 2008 E EM 2009

Estado	2008	2009
Acre	6	38
Alagoas	5	15
Amapá	16	43
Amazonas	24	67
Bahia	71	136
Ceará	126	162
Distrito Federal	63	225
Espírito Santo	31	139
Goiás	128	200
Maranhão	58	52
Mato Grosso	70	131
Mato Grosso do Sul	48	90
Minas Gerais	107	186
Pará	79	121
Paraíba	22	40
Paraná	355	826
Pernambuco	37	56
Piauí	9	46
Rio de Janeiro	199	225
Rio Grande do Norte	66	99
Rio Grande do Sul	219	372
Rondônia	3	38
Roraima	5	52
Santa Catarina	185	144
São Paulo	267	543
Sergipe	6	173
Tocantins	59	95
PRR 1ª Região	--	--
PRR 2ª Região	--	--
PRR 3a. Região	--	2
PRR 4a. Região	--	5
PRR 5a. Região	--	1
TOTAL	2264	4322



A Tabela 21 apresenta o total de movimentação de Procedimentos no Núcleo de Acompanhamento das Promoções de Arquivamento da PFDC (NUAPA). No início de 2008, a PFDC registrava 2996 Procedimentos pendentes dos anos anteriores. Em 2009, 4.076 Procedimentos deram saída da PFDC para as Procuradorias Regionais e nos municípios – seja por homologação do arquivamento seja para solicitação de novas diligências. Outros 97 foram encaminhados para Câmaras ou gabinetes da Procuradoria Geral da República, oito para outros setores do MPF, 72 ao arquivo corrente e 38 para outros ramos do MPU ou para o MPE. Os dados apontam que o crescimento dos procedimentos remanescentes de 2008 para 2009 foi de 55,2%, já do ano de 2009 para 2010 foi de somente 7,2%.

TABELA 21: MOVIMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS NA PFDC

ENTRADA		
	2008	2009
Remanescentes em 31/12	2996	4651
Originados pela PFDC	94	67
Recebidos das PRs e PRMs	3876	4276
Recebidos das Câmaras/Gabinetes/PGR 1	54	169
Recebidos de outros setores do MPF	16	24
Recebidos de outras unidades do MPU e dos MPEs	19	12
Total de entradas	4159	4548
Total Geral de Procedimentos Administrativos	7155	9199
SAÍDA		
Encaminhados às PRs e PRMs	2389	4076
Encaminhados às Câmaras/Gabinetes/PGR	97	97
Remetidos à CCA (arquivo corrente)	59	72
Encaminhados a outros setores do MPF	10	8
Encaminhados a outras Unidades do MPU e aos MPEs	17	38
Total de saídas	2572	4287
Total de remanescentes em 31/12	4583	4919

Gráfico 6: movimentação de Procedimento Administrativo na PFDC

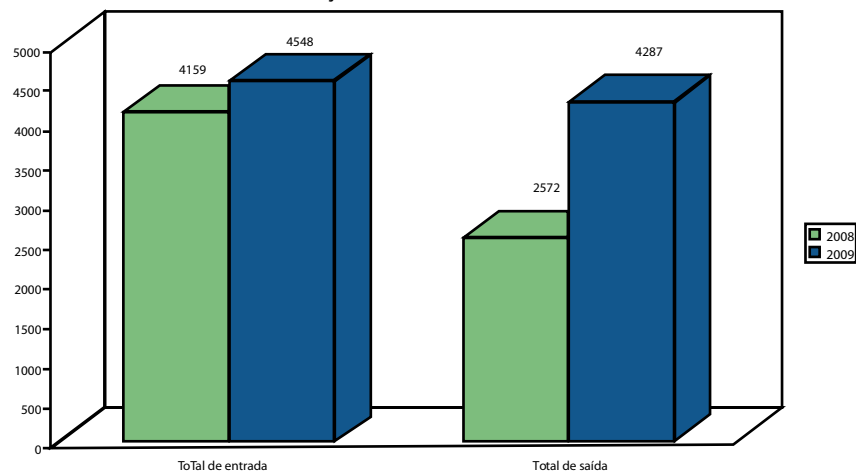


Gráfico 7: remanescentes e total de movimentação de Procedimento Administrativo na PFDC

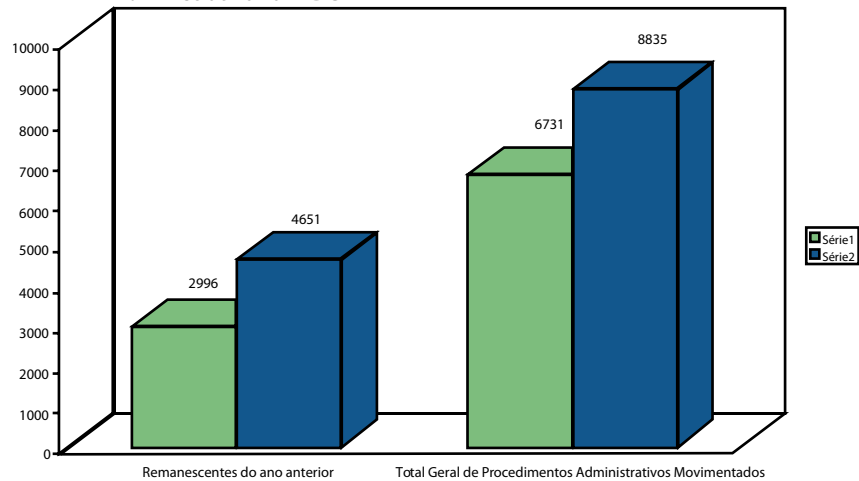


TABELA 22: REVISÃO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS NA PFDC

Procedimentos Administrativos		
Homologados	3987	92,2%
Não homologados	114	2,6%
Declínios de Atribuição		
Homologados	94	2,2%
Não homologados	78	1,8%
Ciência	49	1,1%
Total	4322	100,0%

TABELA 23: PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E DECLÍNIOS DE ATRIBUIÇÃO ANALISADOS, POR TEMA (DIREITO)

Tema	Quantidade	
À Saúde	1237	28,6%
À Previdência Social	437	10,1%
À Educação	481	11,1%
À Alimentação adequada	221	5,1%
À Regular prestação de serviço público	409	9,5%
De Acesso a cargos públicos	372	8,6%
À Informação	31	0,7%
À Assistência social	52	1,2%
À Integridade física e psíquica	70	1,6%
À Igualdade	46	1,1%
De Acesso a serviços	63	1,5%
Ao Exercício de profissão	69	1,6%
À Segurança	25	0,6%
De Ir e vir	96	2,2%
À Proteção integral	18	0,4%
À Moradia	24	0,6%
À Comunicação social	76	1,8%
À Não-discriminação	9	0,2%
À Terra	80	1,9%
De Acesso a justiça	44	1,0%
À Liberdade de trabalho	13	0,3%
Ao Trabalho	25	0,6%
De Atendimento prioritário	34	0,8%
À Dignidade	26	0,6%
À Indenização	7	0,2%
À Prestação de alimentos	14	0,3%
Ao Devido processo legal	4	0,1%
À Liberdade de religião	8	0,2%
À Vida	9	0,2%
À Propriedade	4	0,1%
De Petição	17	0,4%
Sexuais e reprodutivos	4	0,1%
À Imagem	3	0,1%
À Privacidade	3	0,1%
Ao Respeito	11	0,3%
Ao Contraditório e ampla defesa	7	0,2%
À Honra	1	0,0%
À Liberdade sexual	3	0,1%
À Liberdade de associação	5	0,1%
À Liberdade de expressão	5	0,1%
À Nacionalidade	1	0,0%
Ao Lazer	1	0,0%
À Cultura	2	0,0%
À Liberdade individual	1	0,0%
De Eleger e ser eleito	2	0,0%
Não especificado	252	5,8%
Total	4322	100,0%

11. COMUNICAÇÕES À PFDC

Em atendimento à Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSM-PF), os Procuradores da República devem comunicar a PFDC da instauração e da prorrogação de inquéritos civis públicos, da expedição de Recomendações e da assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta, todos relacionados à área de atuação da PFDC.

Além destas comunicações, alguns membros informam a PFDC da instauração e da prorrogação de Procedimentos Administrativos e do ajuizamento de Ações Civis Públicas. A tabela abaixo sintetiza o total das comunicações dirigidas à PFDC em 2009:

TABELA 24: COMUNICAÇÕES DIRIGIDAS À PFDC EM 2009

Documento	Informados à PFDC em 2009
Instauração de Inquérito Civil Público	478
Instauração de Procedimento Administrativo	435
Expedição de Recomendação	171
Assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta	19
Ajuizamento de Ação Civil Pública	81
Prorrogação de prazo de Procedimento Administrativo	1471
Prorrogação de prazo de ICP	89

As Tabelas abaixo identificam os temas das comunicações recebidas pela PFDC em 2009:

TABELA 25: INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO INFORMADA À PFDC EM 2009, POR TEMA

Tema	Total
Acessibilidade	81
Moradia adequada	11
Saúde	130
Educação	73
Prestação de serviços públicos	19
Concurso público	23
Comunicação social	10
Liberdade de trabalho – condição análoga à de trabalho escravo	2
Informação (desaparecidos, IR, registro civil, CPF, INSS, morte Presidente João Goulart, relatórios médicos-IR, dados pessoais de empregado)	21
Assistência social	33
Alimentação adequada	11
Estrangeiro	5

CONTINUA >>

<< CONTINUA

Tema	Total
Integridade física e psíquica - Idoso	14
Moradia / Terra / Reforma agrária	10
Trabalho (aquaviários, filiação em conselho, conselho de classe, jornada, assédio,)	10
Sistema prisional	6
Igualdade / Não discriminação	10
Proteção integral - Criança e adolescente	08
Tortura	1
TOTAL 2009	478

TABELA 26: INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INFORMADOS À PFDC EM 2009, POR TEMA

Tema	Total
Exercício de profissão	13
Liberdade de trabalho – condição análoga à de trabalho escravo	8
Saúde	108
Acesso à justiça / Devido processo legal	5
Acesso a serviços públicos	23
Comunicação Social	7
Educação	62
Assistência social	39
Acessibilidade	18
Concurso público	47
Moradia / Terra / Reforma agrária	33
Pessoa idosa	12
Alimentação adequada	6
Exercício de profissão	12
Segurança (infraestrutura de prédio, rodovia, aeroporto, pista de aeromodelismo,)	13
Proteção integral - Criança e adolescente	6
Direito à memória e à verdade	2
Identidade (registro de nascimento)	2
Estrangeiros	3
Moradia adequada	6
Sistema prisional	7
Igualdade / Não-discriminação	1
Integridade física e psíquica - Tortura	2
Total 2009	435

TABELA 27: EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES INFORMADAS À PFDC EM 2009, POR TEMA

Tema	Total
Educação	28
Concurso público	30
Alimentação adequada	5

CONTINUA >>

<< CONTINUA

Tema	Total
Saúde	29
Acessibilidade	11
Integridade física e psíquica – Pessoa idosa	5
Assistência social	8
Trabalho (residência médica, direitos trabalhistas, seguro-defeso, licitação, constrangimento(revista), conselho de classe, licença-gestante, nepotismo, anistiados,)	11
Comunicação Social	5
Segurança (abuso de autoridade militar, serviço militar, trânsito, aeroporto, embarcações, sistema prisional, provita)	14
Acesso a serviços públicos	9
Moradia adequada	2
Moradia / Terra / Reforma agrária	6
Educação	8
Total 2009	171

TABELA 28: ASSINATURA DE TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA INFORMADAS À PFDC EM 2009, POR TEMA

Tema	Total
Acessibilidade	3
Assistência social	1
Educação	2
Liberdade de trabalho – condição análoga à de trabalho escravo	13
Total 2009	19

TABELA 29: AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA INFORMADAS À PFDC EM 2009, POR TEMA

Tema	Total
Saúde	25
Concurso público	21
Comunicação	2
Pessoa com deficiência	3
Conselho de classe	2
Igualdade / Não-Discriminação	3
Educação	14
Integridade física e psíquica - Idoso	1
Alimentação adequada	1
Assistência social.	07
Conselho de classe	2
TOTAL 2009	81

12. ATUAÇÃO DAS PROCURADORIAS REGIONAIS DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Dentre as funções da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão está a de coordenar, integrar e revisar a atuação das Procuradorias Regionais dos Direitos do Cidadão (PRDCs) em todo o País. Embora sejam agentes com autonomia de atuação, cabe à PFDC a função de estabelecer mecanismos que visem garantir unidade ao trabalho do Ministério Público Federal no âmbito dos direitos do cidadão. Conheça em mais detalhes a atuação das Procuradorias dos Direitos do Cidadão nos estados e municípios;

Estado	Procedimentos Administrativos	Inquérito Civil Público	Recomendação	TAC
ACRE	77	6	29	1
ALAGOAS	339	5	9	7
AMAPÁ	85	0	3	0
AMAZONAS	185	11	12	2
BAHIA*	--	--	--	--
CEARÁ	324	--	24	1
DISTRITO FEDERAL	157	0	17	0
ESPÍRITO SANTO	18	0	0	0
GOIÁS	257	0	27	0
MARANHAO	404	0	2	1
MATO GROSSO	146	0	1	0
MATO GROSSO DO SUL	96	31	33	0
MINAS GERAIS	168	0	0	0
PARÁ	639	0	52	0
PARAÍBA	198	5	51	0
PARANÁ	358	0	10	1
PERNAMBUCO	561	12	4	2
PIAUÍ	61	1	30	1
RIO DE JANEIRO	299	70	15	0
RIO GRANDE DO NORTE	177	3	29	0
RIO GRANDE DO SUL	477	46	40	0
RONDÔNIA	87	79	7	0
RORAIMA	155	0	22	0
SANTA CATARINA	172	120	176	5
SÃO PAULO	319	16	87	1
SERGIPE	835	0	0	0
TOCANTINS*	--	--	--	--
Total	6594	405	680	22

*DADOS NÃO FORAM ENCAMINHADOS À PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO. JUSTIFICATIVA APRESENTADA À PFDC POR MEIO DE OFÍCIO.

TABELA 2: ATUAÇÃO JUDICIAL DOS PRDCs EM 2009, POR ESTADO

Estado	Ações Judiciais	Pareceres em Ações Judiciais	Recursos em Ações Judiciais	Total
ACRE	0	0	0	0
ALAGOAS	37	123	7	167
AMAPÁ	2	1	0	3
AMAZONAS	10	202	46	258
BAHIA*	--	--	--	0
CEARÁ	75	95	28	198
DISTRITO FEDERAL	22	25	0	47
ESPÍRITO SANTO	2	0	0	2
GOIÁS	5	8	0	13
MARANHAO	2	53	0	0
MATO GROSSO	0	3	1	4
MATO GROSSO DO SUL	115	255	11	42
MINAS GERAIS	2	20	1	23
PARÁ	30	220	48	298
PARAÍBA	2	73	0	75
PARANÁ	6	0	26	32
PERNAMBUCO	110	17	9	136
PIAUÍ	61	2333	45	2439
RIO DE JANEIRO	12	6	6	24
RIO GRANDE DO NORTE	15	22	3	40
RIO GRANDE DO SUL	40	1640	38	1481
RONDÔNIA	3	13	1	17
RORAIMA	68	20	0	88
SANTA CATARINA	418	0	0	0
SÃO PAULO	44	367	3	29
SERGIPE	28	0	1	29
TOCANTINS*	--	--	--	0
Total	1109	5498	274	5445

*DADOS NÃO FORAM ENCAMINHADOS A PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO. JUSTIFICATIVA APRESENTADA A PFDC POR MEIO DE OFÍCIO.

Comparativo da atuação judicial dos PRDCs em 2008 e 2009

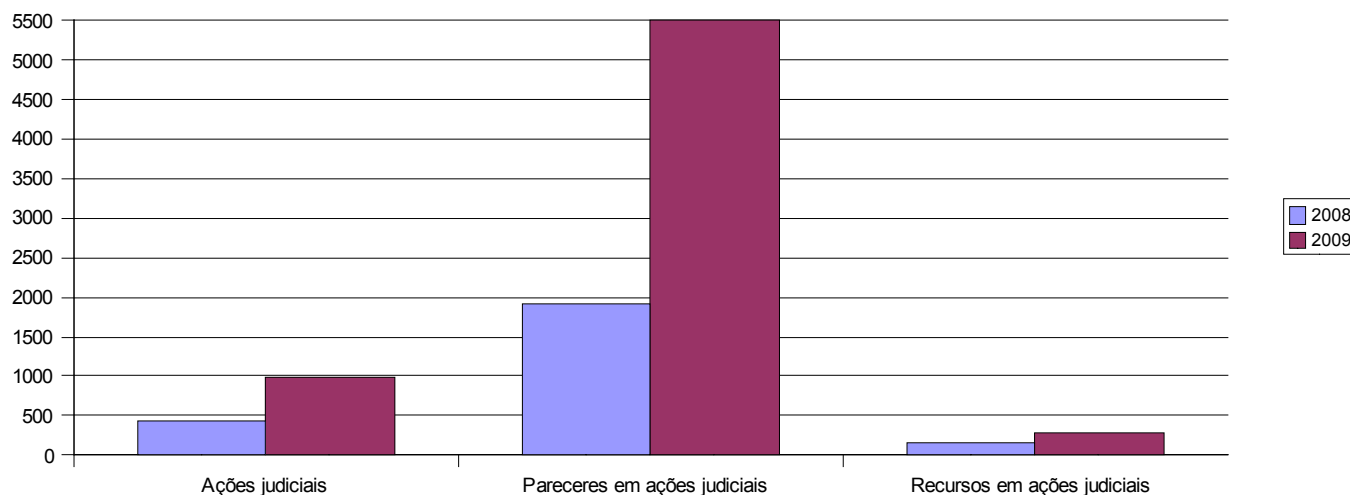
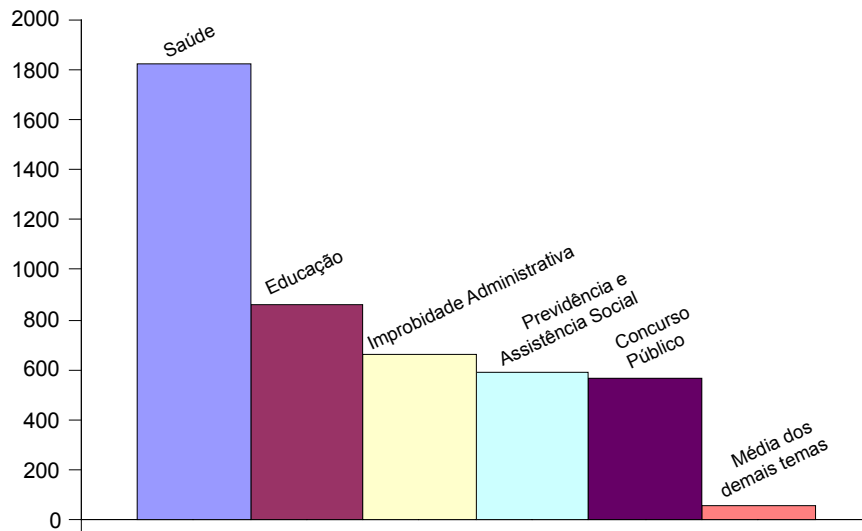


Gráfico 2: Direitos demandados aos PRDCs em 2009*



* Soma dos Procedimentos Administrativos (PAs) e dos inquéritos Cíveis Públicos (ICPs).

TABELA 4: DEMANDANTES DOS PRDCs EM 2009, POR ESTADO

Estado	Cidadão	Órgão Público	ONG/Oscip	MPF (ofício)	Anônimo	Outros	Total
ACRE	0	0	0	0	0	0	0
ALAGOAS	207	38	04	45	29	28	351
AMAPÁ	184	01	02	18	14	9	228
AMAZONAS	1389	0	0	0	0	0	1389
BAHIA*	--	--	--	--	--	--	--
CEARÁ	129	105	0	25	21	13	293
DISTRITO FEDERAL	104	22	5	13	11	2	157
ESPÍRITO SANTO	14	0	0	4	0	0	18
GOIÁS	163	8	0	51	26	9	257
MARANHÃO	216	6	9	147	10	20	408
MATO GROSSO	77	22	01	23	13	10	146
MATO GROSSO DO SUL	375	13	2	25	9	14	438
MINAS GERAIS	82	15	09	57	04	1	168
PARÁ	98	25	12	462	05	4	606
PARAÍBA	135	41	26	33	8	13	256
PARANÁ	0	0	0	0	0	0	0
PERNAMBUCO	0	0	0	0	0	0	0
PIAUÍ	47	7	1	1	0	6	62
RIO DE JANEIRO	0	0	0	0	0	0	0
RIO GRANDE DO NORTE	28	49	06	114	04	0	201
RIO GRANDE DO SUL	502	102	14	91	19	36	764
RONDÔNIA	0	0	0	0	0	0	0
RORAIMA	0	0	0	0	0	0	0
SANTA CATARINA	0	0	0	0	0	0	0
SÃO PAULO	54	15	6	34	8	3	120
SERGIPE	649	50	01	47	20	76	843
TOCANTINS*	--	--	--	--	--	--	--
Total	4453	519	98	1190	201	244	6705

*DADOS NÃO FORAM ENCAMINHADOS À PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO. JUSTIFICATIVA APRESENTADA À PFDC POR MEIO DE OFÍCIO.

Gráfico 3: Demandantes dos PRDCs em 2009

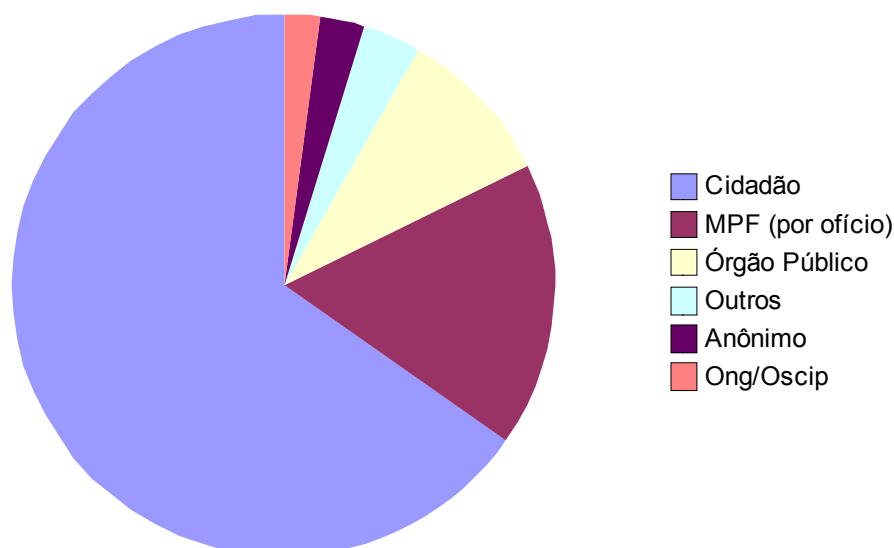


TABELA 5: INSTITUIÇÕES DEMANDADAS PELOS PRDCs EM 2009

Estado	Instituição Pública Federal	Instituição Pública Estadual	Instituição Pública Municipal	Associação de Classe / Partido Político	ONG / OSCIP	Cidadão	Outros	Total
ACRE	0	0	0	0	0	0	0	0
ALAGOAS	184	127	144	8	6	29	37	535
AMAPÁ	64	42	9	3	3	58	30	209
AMAZONAS	367	185	87	12	0	0	0	651
BAHIA*	--	--	--	--	--	--	--	--
CEARÁ	64	34	51	2	0	99	43	293
DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0	0	0	0	0
ESPÍRITO SANTO	11	1	0	0	0	2	4	18
GOIÁS	0	0	0	0	0	0	0	0
MARANHÃO	212	59	40	0	9	18	70	408
MATO GROSSO	87	12	9	0	0	11	27	146
MATO GROSSO DO SUL	359	10	18	0	0	3	24	414
MINAS GERAIS	76	9	18	4	0	12	49	168
PARÁ	63	68	450	0	0	2	26	609
PARAÍBA	76	80	52	6	10	6	26	256
PARANÁ	0	0	0	0	0	0	0	0
PERNAMBUCO	0	0	0	0	0	0	0	0
PIAUÍ	7	31	7	1	0	0	16	62
RIO DE JANEIRO	0	0	0	0	0	0	0	0
RIO GRANDE DO NORTE	14	7	12	--	6	154	8	201
RIO GRANDE DO SUL	425	24	40	3	3	37	111	643
RONDÔNIA	0	0	0	0	0	0	0	0
RORAIMA	0	0	0	0	0	0	0	0
SANTA CATARINA	0	0	0	0	0	0	0	0
SÃO PAULO	48	8	27	3	2	3	48	139
SERGIPE	310	194	234	12	0	9	85	844
TOCANTINS*	--	--	--	--	--	--	--	0
Total	2367	891	1198	54	39	443	604	5596

*DADOS NÃO FORAM ENCAMINHADOS À PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO. JUSTIFICATIVA APRESENTADA À PFDC POR MEIO DE OFÍCIO.

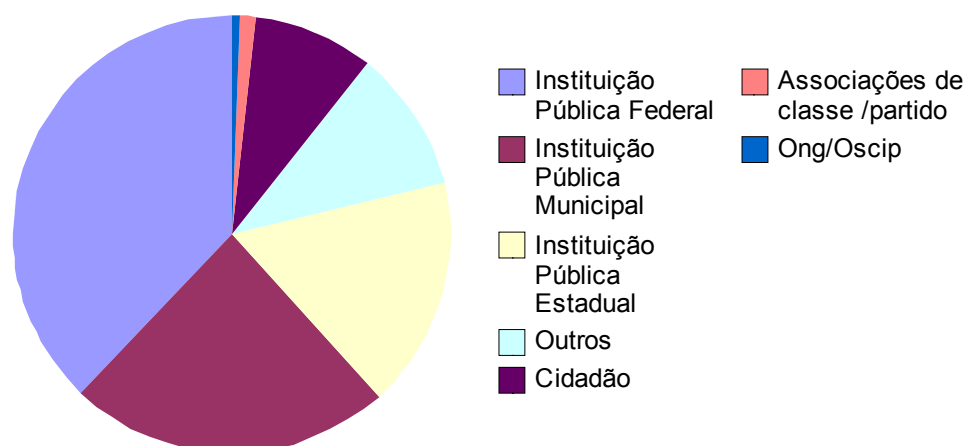
Gráfico 4: Instituições demandadas pelos PRDCs em 2009

TABELA 6: PARTICIPAÇÃO DOS PRDCs EM COMISSÕES E GRUPOS INTERINSTITUCIONAIS EM 2009

Estado	Participação em Comissões
ACRE	32
ALAGOAS	12
AMAPÁ	0
AMAZONAS	27
BAHIA*	--
CEARÁ	10
DISTRITO FEDERAL	0
ESPÍRITO SANTO	0
GOIÁS	121
MARANHAO	0
MATO GROSSO	16
MATO GROSSO DO SUL	51
MINAS GERAIS	7
PARÁ	4
PARAÍBA	5
PARANÁ	0
PERNAMBUCO	0
PIAUÍ	14
RIO DE JANEIRO	0
RIO GRANDE DO NORTE	0
RIO GRANDE DO SUL	17
RONDÔNIA	11
RORAIMA	0
SANTA CATARINA	0
SÃO PAULO	5
SERGIPE	0
TOCANTINS*	-
Total	332

*DADOS NÃO FORAM ENCAMINHADOS À PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO. JUSTIFICATIVA APRESENTADA À PFDC POR MEIO DE OFÍCIO.

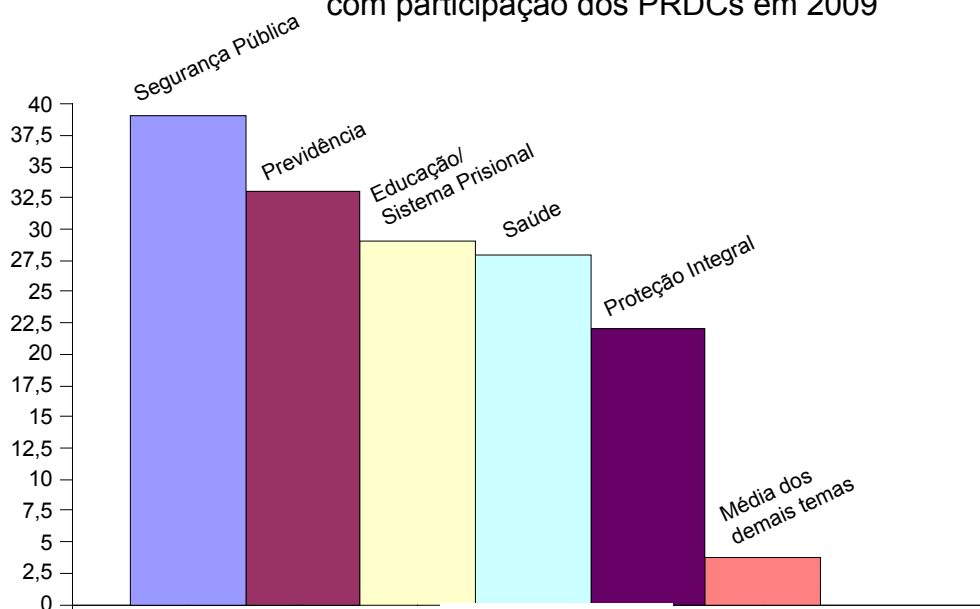
Gráfico 5: Temas das Comissões e Grupos Interinstitucionais com participação dos PRDCs em 2009

TABELA 7: ATENDIMENTO DOS PRDCs AO CIDADÃO EM 2009

Estado	Nº de atendimentos
ACRE	18
ALAGOAS	95
AMAPÁ	30
AMAZONAS	1389
BAHIA*	--
CEARÁ	98
DISTRITO FEDERAL	0
ESPÍRITO SANTO	0
GOIÁS	0
MARANHAO	41
MATO GROSSO	596
MATO GROSSO DO SUL	536
MINAS GERAIS	19
PARÁ	438
PARAÍBA	416
PARANÁ	358
PERNAMBUCO	0
PIAUÍ	72
RIO DE JANEIRO	0
RIO GRANDE DO NORTE	0
RIO GRANDE DO SUL	257
RONDÔNIA	70
RORAIMA	0
SANTA CATARINA	0
SÃO PAULO	3821
SERGIPE	183
TOCANTINS*	-
Total	8437

*DADOS NÃO FORAM ENCAMINHADOS À PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO. JUSTIFICATIVA APRESENTADA À PFDC POR MEIO DE OFÍCIO.

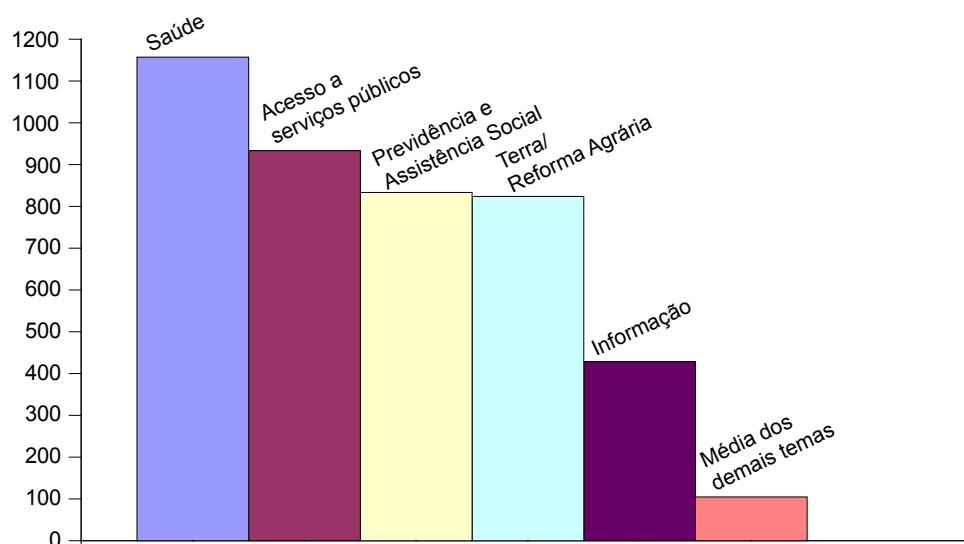
Gráfico 6: Temas do atendimento ao cidadão feito pelos PRDCs em 2009

TABELA 8: PROMOÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS PRDCs EM EVENTOS EM 2009

Estado	Promoção de Eventos	Participação em Eventos
ACRE	1	0
ALAGOAS	1	2
AMAPÁ	1	4
AMAZONAS	39	11
BAHIA*	--	--
CEARÁ	4	6
DISTRITO FEDERAL	21	9
ESPÍRITO SANTO	0	0
GOIÁS	50	33
MARANHÃO	0	0
MATO GROSSO	12	13
MATO GROSSO DO SUL	0	15
MINAS GERAIS	9	34
PARÁ	0	-
PARAÍBA	8	22
PARANÁ	0	0
PERNAMBUCO	0	0
PIAUÍ	0	6
RIO DE JANEIRO	0	0
RIO GRANDE DO NORTE	1	1
RIO GRANDE DO SUL	1	21
RONDÔNIA	21	52
RORAIMA	0	0
SANTA CATARINA	0	0
SÃO PAULO	0	1
SERGIPE	0	1
TOCANTINS*	-	-
Total	169	231

*DADOS NÃO FORAM ENCAMINHADOS À PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO. JUSTIFICATIVA APRESENTADA À PFDC POR MEIO DE OFÍCIO.

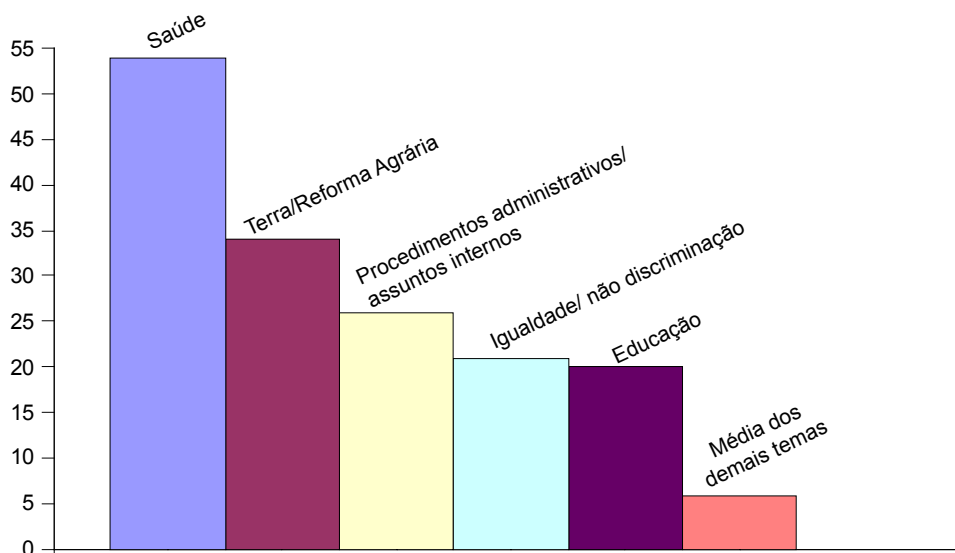
Gráfico 7: Temas dos eventos com participação dos PRDCs em 2009

TABELA 9: ENTREVISTAS CONCEDIDAS PELOS PRDCs EM 2009

Estado	Entrevistas Concedidas
ACRE	9
ALAGOAS	148
AMAPÁ	5
AMAZONAS	13
BAHIA*	--
CEARÁ	58
DISTRITO FEDERAL	62
ESPÍRITO SANTO	0
GOIÁS	54
MARANHAO	4
MATO GROSSO	6
MATO GROSSO DO SUL	32
MINAS GERAIS	14
PARÁ	40
PARAÍBA	11
PARANÁ	0
PERNAMBUCO	0
PIAUÍ	7
RIO DE JANEIRO	0
RIO GRANDE DO NORTE	1
RIO GRANDE DO SUL	39
RONDÔNIA	19
RORAIMA	0
SANTA CATARINA	0
SÃO PAULO	21
SERGIPE	3
TOCANTINS*	--
Total	546

*DADOS NÃO FORAM ENCAMINHADOS À PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO. JUSTIFICATIVA APRESENTADA POR MEIO DE OFÍCIO.

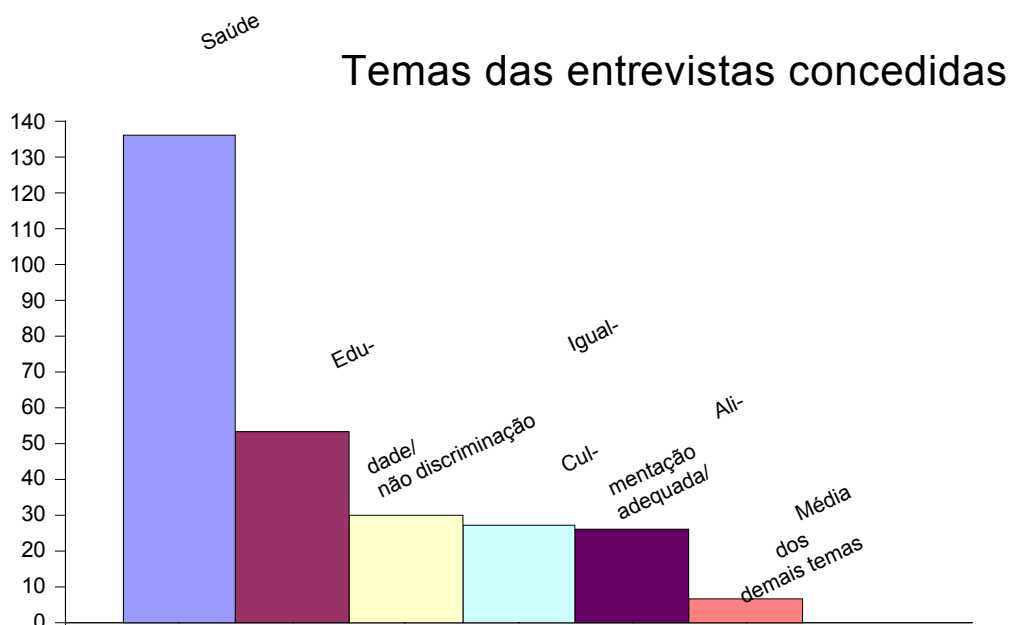


TABELA 10: TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TACs) FIRMADOS PELOS PRDCs EM 2009, POR ESTADO

Estado	TAC
ACRE	1
ALAGOAS	7
AMAPÁ	0
AMAZONAS	2
BAHIA*	--
CEARÁ	1
DISTRITO FEDERAL	0
ESPÍRITO SANTO	0
GOIÁS	0
MARANHAO	1
MATO GROSSO	0
MATO GROSSO DO SUL	0
MINAS GERAIS	0
PARÁ	0
PARAÍBA	0
PARANÁ	1
PERNAMBUCO	2
PIAUÍ	1
RIO DE JANEIRO	0
RIO GRANDE DO NORTE	0
RIO GRANDE DO SUL	0
RONDÔNIA	0
RORAIMA	0
SANTA CATARINA	5
SÃO PAULO	1
SERGIPE	0
TOCANTINS*	--
Total	22

*DADOS NÃO FORAM ENCAMINHADOS À PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO. JUSTIFICATIVA APRESENTADA À PFDC POR MEIO DE OFÍCIO.

Gráfico 9: Temas dos TACs firmados em 2009

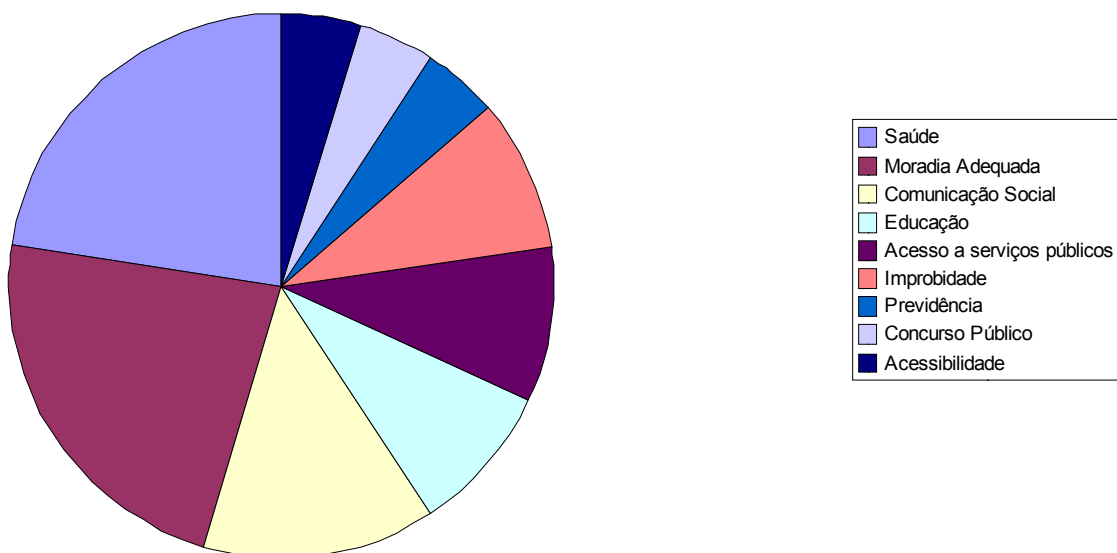


TABELA 11: RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELOS PRDCs EM 2009, POR ESTADO

Estado	Recomendação
ACRE	29
ALAGOAS	9
AMAPÁ	3
AMAZONAS	12
BAHIA*	--
CEARÁ	24
DISTRITO FEDERAL	17
ESPÍRITO SANTO	0
GOIÁS	27
MARANHAO	2
MATO GROSSO	1
MATO GROSSO DO SUL	33
MINAS GERAIS	0
PARÁ	52
PARAÍBA	51
PARANÁ	10
PERNAMBUCO	4
PIAUÍ	30
RIO DE JANEIRO	15
RIO GRANDE DO NORTE	29
RIO GRANDE DO SUL	40
RONDÔNIA	7
RORAIMA	22
SANTA CATARINA	176
SÃO PAULO	87
SERGIPE	0
TOCANTINS*	--
Total	680

*DADOS NÃO FORAM ENCAMINHADOS À PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO. JUSTIFICATIVA APRESENTADA À PFDC POR MEIO DE OFÍCIO.

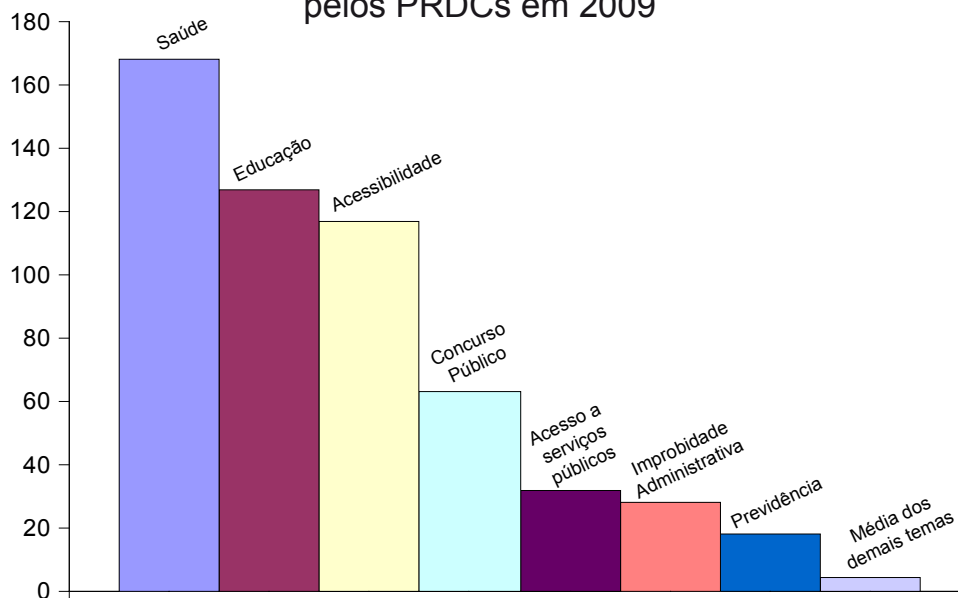
Gráfico 10: Temas das Recomendações expedidas pelos PRDCs em 2009

TABELA 12: TEMAS DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS PELOS PRDCs EM 2009

Tema	Estado							
	AC	AL	AP	AM	BA	CE	DF	ES
Acessibilidade	2	14	4	--		6	8	2
Acesso à justiça/devido processo legal	--	6	--	1		11	1	--
Acesso a serviços públicos	11	9	9	20		9	6	--
Alimentação Adequada	1	20	--	--		--	--	--
Anistia	--	1	--	--		--	5	--
Cidadania	--	--	--	--		--	--	--
Comunicação Social	2	1	1	--		5	27	--
Concurso Público	26	30	19	4		30	--	2
Cultura	1	1	1	--		--	--	--
Direito à Memória e à verdade	--	--	--	--		1	1	--
Direito de ir e vir	--		--	--		2	4	--
Direitos Humanos	--		--	--		--	--	--
Direitos Sexuais e Reprodutivos	--		--	--		--	4	--
Educação	6	43	8	30		42	--	1
Exercício de profissão	2	5	--	3		6	6	--
Idoso	--	--	--	--		--	--	--
Igualdade/Não discriminação	--	2	2	3		10	8	--
Improbidade Administrativa	13	19	--	10		106	8	--
Inclusão Social	--	--	1	2		1	4	--
Informação	--	2	--	--		11	1	--
Integridade física -idoso	--	--	--	--		--	1	--
Integridade física e psíquica – maus tratos	--	--	--	2		4	2	--
Integridade física e psíquica – mulher	--	--	--	--		--	--	--
Integridade física e psíquica - tortura	--	1	--	--		2	--	--
Integridade física e psíquica – tráfico de pessoas exploração sexual	--	1	--	1		2	--	--
Integridade física e psíquica – tráfico de órgãos	--	--	--	--		--	--	--
Liberdade de associação	--	--	--	--		--	--	--
Liberdade de expressão	--	--	--	--		--	2	--
Liberdade de trabalho – condição análoga a de escravo	--	3	1	--		--	--	--
Liberdade religiosa	--	--	--	--		--	--	--
Liberdade sexual	--	1	--	--		--	--	--
Liberdade de trabalho - assédio moral	--	2	--	1		1	16	--
Moradia adequada	1	20	2	5		3	3	--
Prestação de alimentos	--	--	--	--		2	--	--
Previdência e assistência social	--	1	3	18		17	--	3
Procedimentos administrativos assuntos internos	--	1	--	--		--	3	--
Proteção integral	--	5	2	1		--	8	--
saúde	9	134	29	66		35	2	2
Saúde mental	--	--	--	--		--	--	--
Segurança pública	1	5	--	--		4	6	--
Sistema prisional	--	3	--	2		11	--	--
Terra/reforma agrária	2	9	3	16		1	14	--
Tributo	--					2	--	--
Outras Câmaras e ramos do MPF	--			--			13	--
Outros	--			0		0	4	8
Total por estado	77	339	85	185		324	157	18

>> continua

<< continua

Tema	Estado							
	GO	MA	MT	MS	MG	PA	PB	PR
Acessibilidade	20	14	7	4	41	81	15	6
Acesso à justiça/devido processo legal	7	--	4	--	--	--	1	6
Acesso a serviços públicos	21	--	10	7	--	21	10	11
Alimentação Adequada	--	--	3	1	2	2	5	2
Anistia	--	--	--	--	--	--	2	--
Cidadania	--	--	--	--	1	--	--	1
Comunicação Social	1	--	2	--	7	--	2	--
Concurso Público	45	23	7	25	12	1	13	3
Cultura	1	14	--	--	--	--	--	2
Direito à Memória e à verdade	1	--	--	--	--	3	--	1
Direito de ir e vir	--	--	1	1	--	--	2	5
Direitos Humanos	--	--	--	--	28	--	--	--
Direitos Sexuais e Reprodutivos	3	--	--	--	--	--	--	--
Educação	42	83	25	11	--	197	8	11
Exercício de profissão	2	--	3	1	--	--	--	11
Idoso	--	--	--	--	15	--	--	--
Igualdade/Não discriminação	4	7	2	1	11	1	2	2
Improbidade Administrativa	--	12	--	1	--	8	--	14
Inclusão Social	1	3	3	--	--	4	--	3
Informação	--	8	--	--	--	1	--	5
Integridade física -idoso	5	--	--	--	--	--	--	--
Integridade física e psíquica – maus tratos	2	--	3	--	--	1	--	--
Integridade física e psíquica – mulher	--	--	--	--	--	--	--	--
Integridade física e psíquica - tortura	--	4	--	1	6	1	1	1
Integridade física e psíquica – tráfico de pessoas exploração sexual	1	--	--	--	1	1	--	--
Integridade física e psíquica – tráfico de órgãos	--	--	--	--	--	--	--	--
Liberdade de associação	--	--	--	--	--	--	--	--
Liberdade de expressão	--	--	--	--	--	0	--	--
Liberdade de trabalho – condição análoga a de escravo	1	4	1	--	1	24	1	3
Liberdade religiosa	--	--	--	--	2	--	1	2
Liberdade sexual	--	--	--	--	1	--	--	2
Liberdade de trabalho - assédio moral	--	--	2	--	--	--	--	1
Moradia adequada	1	1	2	1	--	3	10	3
Prestação de alimentos	2	1	--	--	8	--	--	4
Previdência e assistência social	31	102	15	4	--	61	11	102
Procedimentos administrativos assuntos internos	--	--	--	--	--	--	--	1
Proteção integral	7	1	3	--	12	--	7	6
Saúde	26	109	20	27	--	221	86	143
Saúde mental	5	--	--	--	--	--	--	--
Segurança pública	7	8	3	1	--	1	4	--
Sistema prisional	2	1	--	7	5	4	5	2
Terra/reforma agrária	15	9	30	3	--	3	12	5
Tributo		--		--		--	--	--
Outras Câmaras e ramos do MPF	1	--	--	--		--	--	--
Outros	3	--		--	15	--	--	--
Total por estado	257	404	146	96	168	639	198	358

>> continua

<< continua

Tema	Estado							
	PE	PI	RJ	RN	RS	RO	RR	SC
Acessibilidade	3	3	6	--	14	2	1	7
Acesso à justiça/devido processo legal	1	--	3	--	19	3	3	--
Acesso a serviços públicos	2	--	16	3	38	1	31	43
Alimentação Adequada	21	--	1	1	37	--		1
Anistia	--	--	1	--	--	--		--
Cidadania	--	--	--	--	--	--		--
Comunicação Social	--	--	--	1	11	--		1
Concurso Público	79	9	27	34	32	10	7	6
Cultura	12	--	--	1	3	--		2
Direito à Memória e à verdade	2	--	--	1	1	--		1
Direito de ir e vir	--	--	2	11	2	2	1	--
Direitos Humanos	--	--	--	--	--	--	--	--
Direitos Sexuais e Reprodutivos	2	--	--	--	--	--	2	--
Educação	77	2	14	11	53	12	30	4
Exercício de profissão	3	1	1	4	9	2	8	1
Idoso	--	--	--	--	--	--	--	--
Igualdade/Não discriminação	5	1	3	--	9	5	--	4
Improbidade Administrativa	172	--	153	8	33	5	12	3
Inclusão Social	--	1	2	1	5	1	6	2
Informação	--	--	--	--	3	1	7	--
Integridade física -idoso	--	--	--	--	--	--	--	--
Integridade física e psíquica – maus tratos	--	--	1	--	1	2	--	--
Integridade física e psíquica – mulher	--	--	--	--	--	--	--	--
Integridade física e psíquica - tortura	--	--	--	--	1	--	2	1
Integridade física e psíquica – tráfico de pessoas exploração sexual	2	--	--	--	--	1	--	--
Integridade física e psíquica – tráfico de órgãos	--	--	--	--	--	--	--	--
Liberdade de associação	--	--	--	--	1	--	--	--
Liberdade de expressão	--	--	1	--	1	--	--	1
Liberdade de trabalho – condição análoga a de escravo	5	5	--	--	3	3	--	1
Liberdade religiosa	--	--	--	--	--	--	--	--
Liberdade sexual	6	--	--	--	--	--	--	--
Liberdade de trabalho - assédio moral	5	--	--	1	9	3	2	--
Moradia adequada	--	--	--	1	6	--	3	--
Prestação de alimentos	--	--	--	--	2	--	--	--
Previdência e assistência social	13	1	9	10	58	9	2	6
Procedimentos administrativos assuntos internos	--	--	--	--	2	--	--	--
Proteção integral	--	--	2	--	5	--	3	1
Saúde	144	38	55	59	82	19	13	84
Saúde mental	--	--	--	--	--	--	--	--
Segurança pública	--	--	1	--	5	4	--	1
Sistema prisional	--	--	--	--	1	2	2	--
Terra/reforma agrária	7	--	1	2	12	--	20	2
Tributo		--	--	--	--	--	--	
Outras Câmaras e ramos do MPF		--	--	--	--	--	--	
Outros		--	--	28	19	--	--	
Total por estado	561	61	299	177	477	87	155	172

>> continua

<< continua

Tema	Estado			
	SP	SE	TO	Total
Acessibilidade	16	41		308
Acesso à justiça/devido processo legal	19	2		79
Acesso a serviços públicos	21	61		340
Alimentação Adequada	6	74		177
Anistia	0	--		9
Cidadania	0	--		2
Comunicação Social	15	2		65
Concurso Público	10	82		532
Cultura	1	--		39
Direito à Memória e à verdade	2	--		12
Direito de ir e vir	4	2		38
Direitos Humanos	2	--		28
Direitos Sexuais e Reprodutivos	1	--		11
Educação	31	84		812
Exercício de profissão	3	23		92
Idoso	0	--		15
Igualdade/Não discriminação	8	14		100
Improbidade Administrativa	6	31		610
Inclusão Social	3	7		50
Informação	5	1		45
Integridade física -idoso	24	--		28
Integridade física e psíquica – maus tratos	1	1		20
Integridade física e psíquica – mulher	0	--		
Integridade física e psíquica - tortura	1	2		23
Integridade física e psíquica – tráfico de pessoas exploração sexual	2	--		10
Integridade física e psíquica – tráfico de órgãos	0	--		0
Liberdade de associação	3	--		3
Liberdade de expressão	0	1		6
Liberdade de trabalho – condição análoga a de escravo	3	--		59
Liberdade religiosa	2	1		6
Liberdade sexual	2	--		11
Liberdade de trabalho - assédio moral	3	2		47
Moradia adequada	3	15		83
Prestação de alimentos	1	--		20
Previdência e assistência social	25	78		570
Procedimentos administrativos assuntos internos	0	9		16
Proteção integral	14	12		77
saúde	65	267		1693
Saúde mental	1	--		5
Segurança pública	3	11		65
Sistema prisional	6	5		54
Terra/reforma agrária	3	7		173
Tributo	0	--		
Outras Câmaras e ramos do MPF	0	--		14
Outros	4	--		78
Total por estado	319	835	0	

13. PROCURADORES DOS DIREITOS DO CIDADÃO

GILDA PEREIRA DE CARVALHO

Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC)

AURÉLIO VIRGÍLIO VEIGA RIOS

Subprocurador-geral da república

Substituição de 5 a 19/01/2009

WAGNER DE CASTRO MATHIAS NETTO

Subprocurador-geral da república

Substituição de 29/06 a 17/07/2009

ACRE:

PRDC: Ricardo Gralha Massia

Substituto: Anselmo Henrique Cordeiro Lopes

ALAGOAS

PRDC: Rodrigo Antônio Tenório Correia da Silva

Substituto: Fábio Holanda Albuquerque

AMAZONAS

PRDC: Luciana Fernandes Portal Lima Gadelha

Substituto: Carolina Martins Miranda de Oliveira

AMAPÁ

PRDC: George Neves Lodder

Substituto: Celso Costa Lima Verde Leal

BAHIA

PRDC: Domenico D'andrea Neto

Substituta: Nara Soares Dantas

CEARÁ

PRDC: Nilce Cunha Rodrigues

Substituto: Marcelo Mesquita Monte

DISTRITO FEDERAL

PRDC: Luciana Loureiro Oliveira

Substituto: Peterson de Paula Pereira

ESPÍRITO SANTO

PRDC: André Carlos de Amorim Pimentel Filho

Substituto: Elisandra de Oliveira Olímpio

GOIÁS

PRDC: Ailton Benedito de Souza

Substituto: Mariane Guimarães de Mello Oliveira

MARANHÃO

PRDC: Ana Karízia Távora Teixeira Nogueira

Substituto: Alexandre Silva Soares

MATO GROSSO

PRDC: Gustavo Nogami

Substituta: Vanessa Christina Marconi Zago Ribeiro

MATO GROSSO DO SUL

PRDC: Felipe Fritz Braga

Substituto: Emerson Kalif Siqueira

MINAS GERAIS

PRDC: Silmara Cristina Goulart

Substituto: Edmundo Antônio Dias Netto Júnior

PARÁ

PRDC: Alan Rogério Mansur Silva

Substituto: Bruno Araújo Soares Valente

PARAÍBA

PRDC: Duciran van Marsen Farena

Substituto: José Guilherme Ferraz da Costa

PARANÁ

PRDC: Sérgio Cruz Arenhart

Substituto: Elton Venturi

PERNAMBUCO:

PRDC: Mona Lisa Duarte Abdo Aziz Ismail

Substituto: Anastácio Nóbrega Tahim Júnior

PIAUÍ

PRDC: Carlos Wagner Barbosa Guimarães

Substituto: Leonardo Carvalho Cavalcante

RIO DE JANEIRO

PRDC: Marcello Paranhos de Oliveira Miller

Substituto: José Gomes Riberto Schettino

RIO GRANDE DO NORTE

PRDC: Ronaldo Sérgio Chaves Fernandes

Substituto: José Soares Frisch

RIO GRANDE DO SUL

PRDC: Júlio Carlos Schwonke de Castro Júnior

Substituto: Enrico Rodrigues de Freitas

RONDÔNIA

PRDC: Ercias Rodrigues de Sousa

Substituto: Osvaldo dos Santos Heitor Júnior

RORAIMA

PRDC: Laura Gonçalves Tessler

Substituto: Claytton Ricardo de Jesus Santos

SANTA CATARINA

PRDC: Analucia de Andrade Hartmann

Substituto: Celso Antônio Três

SÃO PAULO

PRDC: Jefferson Aparecido Dias

Substituto: Pedro Antônio de Oliveira Machado

SERGIPE

PRDC: Pablo Coutinho Barreto

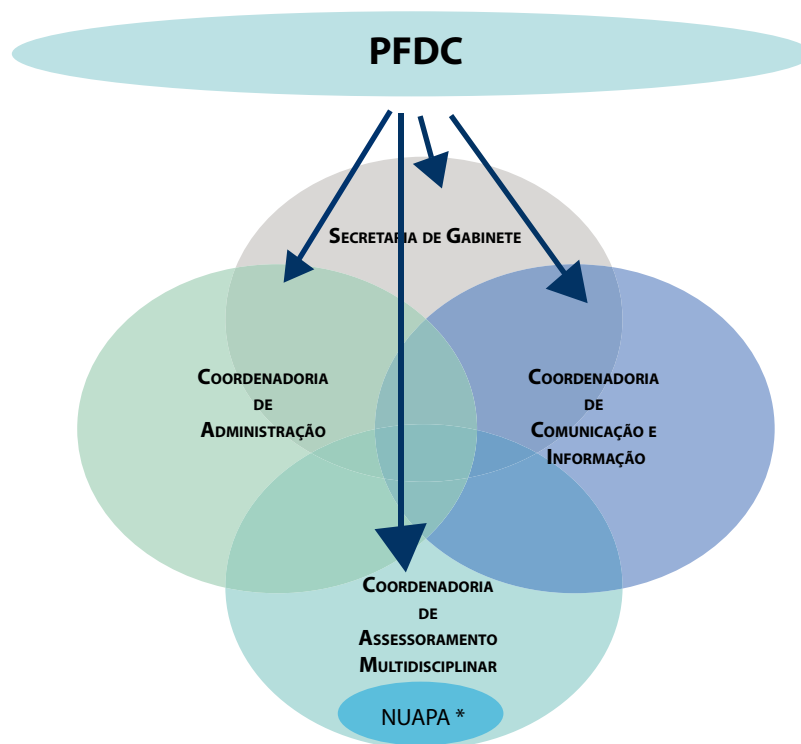
Substituto: José Rômulo Silva Almeida

TOCANTINS

PRDC: Victor Manoel Mariz

Substituto: João Felipe Villa do Miu

14. ESTRUTURA DA PFDC



EQUIPE DA PFDC - 2009

(SITUAÇÃO EM 31/12/2009)

SECRETARIA DE GABINETE – SEGAB

Marcus Elício de Souza Lima – Assessor
 Ailza Rodrigues Pinto - Secretária
 Bruno Cruz Pinheiro - Secretário \\
 Emmanuel Silva Nunes de Oliveira Júnior – Assessor

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA – CA

Mário Cabral de Abreu – Coordenador Administrativo
 Monica Malecha Sgarbosa - Administradora cedida pelo Ministério da Fazenda
 Valéria Maria Alves do Nascimento- Técnico Administrativo
 Márcio Nascimento de Souza – Técnico Administrativo
 Tauli Stein de Barros – Técnico Administrativo
 Myllenn da Silva Boaventura Costa Serpa – estagiária
 Sávio Túlio de Queiroz Oliveira – estagiário
 Daniel Pessoa de Souza – Auxiliar de Serviços Gerais – terceirizado
 Edmar Rodrigues da Silva - Auxiliar de Serviços Gerais – terceirizado
 Priscilla Cristina Gomes dos Anjos - Auxiliar de Serviços Gerais – terceirizado

COORDENADORIA DE ACESSORAMENTO MULTIDISCIPLINAR – CAM

Patrícia Cristina Alves Campanatti - Coordenadora - Analista de Saúde/Serviço Social

Emília Ulhôa Botelho - Analista Pericial em Antropologia

Idê de Miranda Campos – Analista de Saúde/Serviço Social

Luciana Fernandes de Freitas – Analista Processual

Márcia Maria Regueira Lins Caldas – Técnico Administrativo

Mércia Beatriz Miranda - Administradora cedida pela Radiobrás

Patrícia Ponte Araújo – Analista Processual

Rossana Maria do Amaral Barros - Analista de Controle Interno

Vinícius Franzoi – Técnico Administrativo

Fernando Cezar Matta – Analista Processual

Talyta Beatriz Labourdette Barros – Técnico Administrativo

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO – CCI

Marília Mundim da Costa – Coordenadora

Marlene Maria Lima de Miranda - Técnico Administrativo

Sílvia Urmila Santos – Assessora

Wilson Veleci da Silva - Técnico Administrativo

Leonardo Antônio de Moraes Filho – Técnico Administrativo

Rebeca Barroso Abdo - Estagiária

Mariana Cordeiro Bastos - Estagiária

NÚCLEO DE ACOMPANHAMENTO DAS PROMOÇÕES DE ARQUIVAMENTO - NUAPA

Patrícia Regina Leal Almeida Rosa – Técnico Administrativo

Daniella Duarte Roberto – Técnico Administrativo

Sabrina Zuchelli – Técnico Administrativo